

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPPG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

**ANTONIA MATIAS LIRA DE MEIRELES**

**COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA:** o papel do Coordenador Pedagógico na prática  
educativa da EJA do CE Estado de Pernambuco – Santa Inês – MA.

Santa Inês

2016

**ANTONIA MATIAS LIRA DE MEIRELES**

**COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA:** o papel do Coordenador Pedagógico na prática educativa da EJA do CE Estado de Pernambuco – Santa Inês – MA.

Monografia apresentada para fins de conclusão do curso de Pós-graduação lato sensu em Coordenação Pedagógica do Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ma Ana Cristina Champoudry Nascimento da Silva.

Santa Inês

2016

Meireles, Antonia Matias Lira de.

Coordenação Pedagógica: O papel do Coordenador Pedagógico na prática educativa da EJA do CE Estado de Pernambuco / Antonia Matias Lira de Meireles.—Santa Inês-MA, 2016.

68 f.

Orientadora: Ana Cristina Champoudry Nascimento da Silva.  
Monografia (Especialização) – Universidade Federal do Maranhão, Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Coordenação Pedagógica, 2016.

1. Coordenação Pedagógica. 2. EJA. 3. Prática educativa. I. Título.

**ANTONIA MATIAS LIRA DE MEIRELES**

**COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA:** o papel do Coordenador Pedagógico na prática educativa da EJA do CE Estado de Pernambuco – Santa Inês – MA.

Monografia apresentada para fins de conclusão do curso de Pós-graduação lato sensu em Coordenação Pedagógica do Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

Aprovada em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof.<sup>a</sup> Ma Ana Cristina Champoudry Nascimento da Silva** (Orientadora)

---

**1º Examinador**

---

**2º Examinador**

A Simone Costa Miranda Araújo  
SEDUC/SUPEJA – amiga e supervisora do  
Pacto Nacional de Fortalecimento do Ensino  
Médio (PNEM), pelo amor, dedicação e  
compromisso destinados aos estudantes da  
modalidade Educação de Jovens e Adultos.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, fonte de inspiração e força na idealização deste trabalho.

A orientadora Ana Cristina Champoudry Nascimento da Silva, pela orientação segura e incansável ajuda.

Aos meus pais Raimundo Pereira Lira (in memoriam) e Zelina Matias Lira, que me ensinaram as lições básicas da vida pelo exemplo.

Ao meu esposo Raimundo Nonato de Meireles Teixeira e aos meus filhos, pela admiração, amor e apoio no alcance dos meus objetivos e metas.

A gestora do CE Estado de Pernambuco Maria de Fátima Ribeiro Moraes, que permitiu e incentivou a realização deste trabalho.

A Coordenadora Pedagógica do Centro de Ensino Leudimar Lucena Cardoso Mesquita, pelo companheirismo e trabalho cooperativo que tanto contribuiu nesta pesquisa.

Aos professores da Educação de Jovens e Adultos, pela contribuição, paciência, e responsabilidade no preenchimento dos questionários.

A nossa Tutora Presencial Eronilde Sousa Santos, que nos acompanhou nessa jornada, sempre à nossa disposição.

Ao Ministério da Educação e Cultura – MEC pela oferta do curso que nos deixou mais preparados para o exercício da função.

A Universidade Federal do Maranhão – UFMA pela extensão da formação continuada promovida com êxito.

A Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lélia Cristina Silveira de Moraes e Prof. Msc. Carlos José de Melo Moreira, pelo acompanhamento, compromisso e responsabilidade durante todo o curso.

A Secretaria de Estado da Educação – SEDUC pela parceria com a UFMA.

A Gestora da Unidade Regional de Educação de Santa Inês, Maria Zuila de Souza Silva, pela paciência e compreensão quando necessitamos nos ausentar para realizarmos os trabalhos do curso.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que o Curso de Coordenação Pedagógica fosse um marco para a educação do nosso município.

A Coordenação Pedagógica é uma profissão de desafios, que exige paciência, dedicação e, claro tempo para lidar com as obrigações pertencentes ao cargo. Portanto, considera-se como pior momento enfrentar o processo de evasão (EJA), e uma das maiores alegrias ver o processo ensino aprendizagem acontecer de forma eficiente e eficaz para esses estudantes.

Leudimar Lucena

## RESUMO

As políticas públicas que envolvem a educação no Brasil são marcadas por rupturas e descontinuidades e, sobre esta temática, o presente trabalho apresenta uma reflexão sobre a atuação do coordenador pedagógico na educação de jovens e adultos do Centro de Ensino Estado de Pernambuco, escola da rede estadual de Santa Inês - MA, buscando compreender a dinâmica dessa modalidade educacional. A pesquisa traz como objetivo refletir sobre a importância do papel do coordenador pedagógico no acompanhamento ações desenvolvidas no centro de ensino, identificando possíveis avanços e desafios para o melhoramento contínuo da prática educativa; buscou-se amparo teórico em estudiosos dedicado a causa da educação, como Vygotsky, Antônio Nóvoa e Paulo Freire entre outros. Realizou-se uma pesquisa interpretativa na intenção de compreender o processo educativo e seus atores. Para obtenção dos resultados, utilizou-se do método de observação do campo de pesquisa e aplicou-se questionários abertos e entrevistas alusivas ao tema proposto.

Palavras-chave: Coordenação Pedagógica. EJA. Prática Educativa.

## **ABSTRACT**

The public policies that involve education in Brazil are marked by ruptures and discontinuities and, on this subject, the present work presents a reflection on the pedagogical coordinator's role in the education of young people and adults of the State Education Center of Pernambuco, school of the network State of Santa Inês - MA, seeking to understand the dynamics of this educational modality. The research aims to reflect on the importance of the role of the pedagogical coordinator in the follow-up actions developed in the teaching center, identifying possible advances and challenges for the continuous improvement of educational practice; Theoretical support was sought in scholars dedicated to the cause of education, such as Vygotsky, Antônio Nóvoa and Paulo Freire among others. An interpretative research was carried out in order to understand the educational process and its actors. To obtain the results, we used the method of observation of the field of research and applied open questionnaires and interviews allusive to the proposed theme.

**Keywords:** Pedagogical coordination. EJA. Educational Practice.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Há quanto tempo atua no magistério? .....	43
Gráfico 2	Há quanto tempo atua na EJA? .....	44
Gráfico 3	O que motivou trabalhar na EJA? .....	44
Gráfico 4	Quais as vantagens de se trabalhar na EJA?.....	45
Gráfico 5	Quais as desvantagens de se trabalhar na EJA? .....	45
Gráfico 6	Dificuldades detectadas com os alunos? .....	46
Gráfico 7	Como você resolve os conflitos inerentes à aprendizagem? .....	47
Gráfico 8	A ausência de tecnologia pode ser superada com outras atividades?.....	48
Gráfico 9	Como são tratados os conteúdos?.....	48
Gráfico 10	Como são tratadas as avaliações?.....	49
Gráfico 11	Como analisa os resultados obtidos pelos alunos?.....	50
Gráfico 12	Quais os avanços e desafios?.....	50
Gráfico 13	Como avalia a atuação do Coordenador? .....	51

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	- Ato Institucional
CNE	- Conselho Nacional de Educação
CRFB	- Constituição da República Federativa do Brasil
ED	- Escola Digna
EJA	- Educação de Jovens e Adultos
ENEM	- Exame Nacional do Ensino Médio
ENADE	- Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENP	- Escravo, Nem Pensar!
FUNDEB	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
HTPC	- Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo
IDEB	- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDBEN	- Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional
MEC	- Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL	- Movimento Brasileiro de Alfabetização
ONG	- Organização Não-Governamental
PCN	- Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE	- Plano de Desenvolvimento da Escola
PNBE	- Programa Nacional de Biblioteca Escolar
PNEM	- Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio
PNLD	- Programa Nacional do Livro Didático
PPP	- Projeto Político Pedagógico
PROEMI	- Programa Ensino Médio Inovador
PME	- Programa Mais Educação
SAEB	- Sistema de Avaliação do Ensino Básico
SEDUC	- Secretaria de Estado de Educação do Maranhão
SIAEP	- Sistema Integrado de Administração de Escolas Públicas
UFMA	- Universidade Federal do Maranhão
URES	- Unidade Regional de Educação de Santa Inês
USAID	- United States Agency International Development

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2</b>	<b>COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO BRASIL: breve histórico</b> .....	14
<b>2.1</b>	<b>Coordenador pedagógico: contribuições ao processo educativo</b> .....	18
<b>2.2</b>	<b>A mediação pedagógica e atuação do coordenador pedagógico</b> .....	21
<b>2.3</b>	<b>O coordenador pedagógico e o papel de formador, articulador e mediador no cotidiano escolar</b> .....	24
<b>3</b>	<b>A EJA E SUA EVOLUÇÃO NO BRASIL</b> .....	27
<b>3.1</b>	<b>O coordenador pedagógico e o atendimento à diversidade</b> .....	31
<b>3.2</b>	<b>O coordenador pedagógico e a Educação de Jovens e Adultos</b> .....	33
<b>4</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA DE ATUAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO – C.E. ESTADO DE PERNAMBUCO</b> .....	35
<b>4.1</b>	<b>A estrutura do CE Estado de Pernambuco</b> .....	36
<b>4.2</b>	<b>Modalidades de Ensino/Programas Implementados</b> .....	37
<b>4.3</b>	<b>A clientela da EJA no CE Estado de Pernambuco</b> .....	40
<b>5</b>	<b>PESQUISA E ANÁLISE DE DADOS</b> .....	42
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	54
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	57
	<b>APÊNDICE A - ENTREVISTA COM O COORDENADOR PEDAGÓGICO</b> ....	60
	<b>APÊNDICE B - MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO AO COORDENADOR PEDAGÓGICO E AOS PROFESSORES</b> .....	62
	<b>APÊNDICE C - PERFIL DO CE ESTADO DE PERNAMBUCO</b> .....	64
	<b>ANEXO A - FACHADA DA ESCOLA</b> .....	68

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o Brasil passou por profundas mudanças econômicas e sociais inserindo-se definitivamente no competitivo mundo globalizado e impondo à sociedade a necessidade de mudança de paradigmas, sobretudo, no campo da educação.

Entendendo a educação como ferramenta fundamental para o desenvolvimento humano, os gestores públicos engendraram políticas voltadas para a inclusão social, como forma de reparar a dívida histórica do país para com sua população, principalmente aquela massa de excluídos a quem a vida deu um fardo muito pesado e difícil de conciliar com as exigências da vida escolar. Excluindo, o país caminhava na contramão das novas demandas sociais e só a partir dessa observação passa a conceber a educação como importante meio de progresso e modernização social.

A atual sociedade, proclamada por muitos como pós-moderna, valoriza o conhecimento e a cultura como elementos essenciais para sua evolução e consolidação, estabelecendo-se sobre o tripé dinâmica-velocidade-eficiência, modernizando o mundo do trabalho e isolando aqueles atores que não acompanham suas transformações.

Neste mundo pós-moderno é imperiosa a qualificação profissional para a otimização dos meios e modos de produção com a economia de tempo e materiais, realidade que só se tornará possível se seus componentes estiverem sintonizados e atentos às mudanças que operam a todo instante.

Durante muitos séculos a educação esteve voltada apenas para a produção e sustentação de uma minoria privilegiada que desenvolvia alguns aspectos intelectuais suficientes para impor uma ideologia não contestada pelo restante da população. Porém, com o advento da globalização cibernética, do mundo virtual e o progresso arrebatador da ciência, o domínio ideológico fugiu ao controle, e a sociedade passou a sentir a necessidade de investir mais nas classes até então excluídas para manter, entre outras condições, o seu próprio *status quo*.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) surge nesse contexto de mudanças oferecendo oportunidade para milhões de pessoas em todo o país, diminuindo gradativamente o enorme fosso que separava o mundo intelectual do mundo do trabalho. E nessa perspectiva, oportuniza chances de transformação social a uma parcela significativa outrora discriminada, esquecida ou explorada pelo capital.

No entanto, não obstante os avanços alcançados, o sistema ainda é falho e algumas vezes negligente, abandonando professores e alunos à própria sorte pelo interior do

Brasil. É importante perceber que o segmento dos jovens, adultos e idosos distingue-se dos demais da educação formal, deste modo, pressupõe uma reavaliação, ressignificação das suas práticas, conteúdos e gestão, para que atenda com qualidade à sua clientela e cumpra com eficiência seu papel social.

As políticas públicas voltadas para a EJA devem ser repensadas, fiscalizadas e orientadas no sentido da otimização, e essa otimização só será efetiva quando os educadores se sentirem prestigiados, acolhidos e motivados no contexto escolar. Para o cumprimento dessa tarefa é imprescindível o coordenador pedagógico na escola.

Os avanços em cidadania trazidos pela Constituição da República Federativa (CRFB/1988) levam à concessão de que coordenar é muito mais que simplesmente seguir um planejamento estratégico. Em tempos de globalização, coordenação se associa muito a liderança, mediação de conflitos e soluções intrínsecas, na construção de um processo democrático, participativo, visando à inclusão social, preconizando a dignidade da pessoa humana, conforme o diploma legal máximo da República.

Na educação, os reflexos dessa nova mentalidade se consolidaram com a CRFB/1988 e o advento de outras leis correlatas que imprimem ao processo educativo a obrigação legal de incluir, de envolver, de formar pessoas para o mercado de trabalho e para a vida, como é o exemplo da Lei nº 9.394/1996 que estabelece as diretrizes da educação nacional e que, mesmo passando por várias adaptações se constituiu como a verdadeira diretriz da educação brasileira.

Nesse século, a escola atua sob pressão da sociedade, e diante dessas novas demandas viu-se obrigada a repensar e ressignificar sua atuação, sob o risco de obsolescência, responsável em muitos casos pelos altos de evasão escolar e de repetência, fatores diretamente ligados à exclusão social.

A atuação do coordenador pedagógico pode ser o fio condutor do sucesso ou do fracasso do processo educativo, pois é sobre ele que cai o papel de acompanhamento do projeto político-pedagógico, da motivação da equipe, e da harmonia do grupo de professores, com quem atua mais diretamente. A atuação do coordenador na dinâmica educativa torna o espaço escolar mais produtivo, torna a convivência mais harmônica e alcança as famílias com carisma e credibilidade, transformando o ambiente escolar num local de vivência e convivência.

Este trabalho foca-se nessa temática, buscando na observação dos atores do sistema educacional uma forma que contemple a diversidade do ambiente educativo, que atue como resgatadora da credibilidade da instituição escolar, que há algum tempo vem perdendo

espaço para a concorrência sedutora das tecnologias atuais.

Envolver o professor, motivá-lo, buscando compreendê-lo e fazê-lo compreender que a educação é um processo que envolve participação e planejamento é a saída mais plausível para transformar a escola pública atual num local de aprendizagens e desenvolvimento cognitivo e social.

A pesquisa tem como objetivo refletir sobre a importância do papel do coordenador pedagógico no acompanhamento das ações desenvolvidas na EJA do CE Estado de Pernambuco, identificando possíveis avanços e desafios para o melhoramento contínuo da prática educativa.

Com esse objetivo, o presente trabalho buscou amparo teórico em autores renomados, em estudiosos dedicados à causa da educação, como Lev Vygotsky, Antônio Nóvoa e Paulo Freire na tentativa de compreender as razões que levam muitos profissionais de educação a reagirem negativamente às mudanças impostas pelos novos tempos.

O trabalho utiliza a técnica de observação in loco, e o método dialógico, concebendo que o diálogo como forma mais eficaz de harmonizar as relações humanas. É dividido em três partes. No primeiro momento, realiza-se um breve relato histórico sobre a construção da identidade do coordenador pedagógico; no segundo momento, faz-se uma reflexão sobre o contexto da EJA no século XXI - avanços e entraves da modalidade -; e, na terceira parte, faz-se uma investigação no CE Estado de Pernambuco, em Santa Inês – MA, cujo resultado deverá servir para uma reflexão sobre o papel do coordenador pedagógico, o perfil dos professores atuantes na referida escola e os tipos de desafio enfrentados, de modo que sirva como base para outros estudos nessa área.

É, portanto, um estudo qualitativo, que busca encontrar na pesquisa elementos analíticos, que possibilitem entender o fenômeno estudado e as formas de atuação do coordenador pedagógico como agente de transformação e de mediação da prática educativa.

## 2 COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO BRASIL: breve histórico

A educação no Brasil inicia-se com a chegada dos jesuítas, na companhia dos navegadores portugueses que pretendiam colonizar a terra e implantar uma extensão do povo lusitano. Para tanto, precisariam “civilizar” os índios, para que projeto explorado tivesse êxito. Daí, a educação doutrinária de catequese responde pelos primeiros passos da educação brasileira.

O tipo de educação proposto pela Companhia de Jesus não era nem de longe um projeto educativo, mas adestrador, com objetivos que iam além da exploração das riquezas da terra, um dos quais o que despertou o interesse da Coroa Portuguesa em mandar os padres à “nova terra”. Era preciso frear o avanço protestante, e isso só seria possível se os católicos chegassem primeiro, como etapa de um movimento chamado contrarreforma, ou reforma católica.

A educação jesuítica caracterizava-se essencialmente pela rigidez da organização, daí ponderar-se que seria preciso um trabalho austero de coordenação/supervisão, que envolvia os aspectos político e administrativo da educação. Para os índios, existiam as missões, locais onde esses eram catequizados; para os filhos dos colonos foram criadas as escolas de ler e escrever, destinadas ao ensino das primeiras letras; aos filhos dos nobres e senhores de engenho, os Colégios adotavam o *Ratio Studiorum* (HORTA, 2007).

A palavra “*ratio*”, de origem latina, tem em português o correspondente, recurso, motivo, etc. Em suma, isso significava doutrinar o silvícola à cultura europeia, com o enfático conselho para que os jesuítas não se afastassem dos ensinamentos de Aristóteles e Tomaz de Aquino.

É também preciso imaginar que o processo educativo deveria atender às demandas do capitalismo renascente, que seria fundamental para o desenvolvimento científico e tecnológico, considerando-se a escassez de recursos dessa grandeza naqueles tempos.

Portanto, muitos dos problemas que se colocam atualmente no exercício da coordenação pedagógica têm sua explicação na origem da mesma, da configuração formal da função, associada ao “controle”, um modelo de supervisão que ainda sobrevive com muito vigor no sistema educacional brasileiro. O modelo mais elaborado de coordenação como fiscalizadora, inspetora, emerge nos Estados Unidos da América, no século XVIII, com o nome de “inspeção escolar” (VASCONCELLOS, 2009).

No Brasil, a utilização do termo “Supervisão Escolar”, de forma mais específica, surge num contexto de ditadura, com uma educação tecnicista, que traz para o interior da

escola a divisão social do trabalho, colocando num mesmo plano, os que pensam, decidem e mandam e do outro, os que executam. E nesse contexto militarizado o professor era numa medida muito maior o ator e autor de suas aulas, e a partir disso passa a ser expropriado do seu saber, colocando-se entre ele e o seu trabalho a figura do técnico (VASCONCELLOS, 2009).

Silva Júnior (1984 apud VASCONCELLOS, 2009) pondera, que com a estrutura de poder burocratizada, de onde emana furto de sua própria autoridade individual, o supervisor escolar tende a ‘idiotizar’ o trabalho do professor, porque tal como na situação industrial ‘não se pode ter confiança nos operários’. A incompetência postulada do professor se apresenta assim como a ‘garantia’ perversa da continuidade da posição do supervisor, de vez que inviabiliza a discussão sobre sua competência presumível e sobre a validade de sua contribuição específica.

Em função dessa origem profissional ligada ao poder e controle autoritários, há a necessidade do coordenador, que assume uma postura diferenciada, conquistar a confiança dos educadores.

A nomenclatura “Coordenador Pedagógico” foi uma evolução de várias outras denominações que pairavam sobre as pessoas encarregadas de pensar a educação, num momento em que a educação brasileira ainda não havia encontrado sua identidade, nem o caminho para um projeto político pedagógico que estivesse à altura das exigências sociais.

No ano de 1961, no antigo Estado da Guanabara, atual Rio de Janeiro, onde se situava a então sede do governo federal no Brasil, surge o coordenador distrital, que quatro anos mais tarde passaria a se chamar orientador pedagógico, que atuava em várias escolas fazendo levantamentos das necessidades e metas estabelecidas de forma hierárquica, segundo enfatiza Carola e Lourenço (1974).

No fim da década de 1960 e início da década de 70 notam-se algumas mudanças nos conceitos de orientação pedagógica e a nova postura define que os orientadores acompanhem mais de perto o trabalho dos professores do ensino primário, sugerindo projetos técnicos para que os educadores executassem, mas dando certa autonomia ao professor para elaborar suas estratégias.

Com base nos estudos de Oliveira (2009), a Lei das Diretrizes e Bases da Educação, LDB nº 4024/61 deixava bem definido o papel dos especialistas em educação, entre eles o coordenador pedagógico, conforme o consignado no artigo: A formação do orientador de educação será feita em cursos especiais que atendam às condições do grau do tipo de ensino e do meio social a que se destinam. Essa redação foi revogada 10 anos depois,

pela Lei nº 5.692, de 1971, conforme Oliveira (2009).

Com o advento da Ditadura Militar, em 1964, e a gradativa supressão dos direitos individuais e coletivos dos anos que a seguiram, a educação nacional mergulha num processo de autoritarismo ancorado num pretenso patriotismo, que ignora a individualidade das pessoas, implantando outra vez a educação doutrinária, dessa vez sob a égide da tortura sobre quem não segue a cartilha dos mandantes.

De acordo com Oliveira (2009), várias universidades foram transformadas em fundações, perdendo sua autonomia e eclodem greves por todas as partes, principalmente professores não alinhados com a nova filosofia. A rebeldia de parte da população levou a instituição do 5º Ato Institucional (AI-5).

O período militar representou o alinhamento definitivo do Brasil com o capital estrangeiro, sobretudo dos Estados Unidos da América, e as novas tendências educacionais pendem, naturalmente, para uma submissão e tácita aceitação das propostas norte-americanas.

O Brasil assinou um acordo que continha um pacote de medidas “civilizadoras” impostas pelos Estados Unidos, que foi sintetizado com as iniciais USAID, em inglês, *United States Agency fo International Development*, que no seu significado mais amplo em termos educacionais seria investimento em capital humano para a formação de técnicos para as novas demandas industriais, que em resumo também pode ser entendido como formação de mão de obra para as indústrias norte-americanas.

Nesse contexto, o orientador pedagógico é inserido como personagem fundamental da educação, responsável por solidificar o elo entre o Estado e a comunidade, pois estaria em contato direto com o professor, que, por sua vez, está diretamente em contato com a comunidade. Ainda não se fala aí em coordenador pedagógico. Os especialistas em educação tinham com função precípua ajustar o aluno às regras da escola.

Com o fim do chamado “período de chumbo”, em 1985, o país se prepara para a redemocratização, editando em 1988 uma nova constituição para a República Brasileira. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88) foi logo chamada de “Constituição Cidadã”, dado ao rompimento com a forma autoritária de ver o país, e a volta das liberdades de pensamento e expressão.

A nova Carta traz em seu bojo a determinação para que o Governo Federal além de ouvir às diversas culturas deste país continental, também amplie as políticas públicas para que alcance a todas as regiões, fomentando o desenvolvimento cultural de acordo com os saberes e tradições regionais.

Os educadores não são mais “soldados” da pátria, mas mediadores do conhecimento, portanto, orientadores do processo educacional, impositores de uma educação de cunho meramente moral e universal.

A tecnicidade do ensino e a fragmentação da educação ainda eram ranços do regime militar a serem superados, para que a escola pudesse caminhar de forma autônoma para a educação “libertadora”. Mas, a CF/88 vem deixar claro quais os reais objetivos da educação nacional, conforme explicitam os artigos 205 e 206 da Carta Magna:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III. pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino [...] (BRASIL, 1988).

Como se percebe, o Estado se coloca como mantenedor da educação, e que ela seja, antes de tudo, pública, para que alcance a todas as pessoas. Outra mudança importante foi a descentralização e a formatação de políticas mais sociais e menos estatais, que passaram a prestigiar o processo educativo, sem imposições.

Foi em São Paulo, a partir do ano de 1985, durante a gestão de Jânio Quadros, segundo Horta (2007), que o termo “Coordenador Pedagógico” começou a ser aplicado para designar os profissionais que assessoravam os professores e mantinha um elo entre o docente, discente e gestão, através do chamado “Regimento Comum de Escolas Municipais”.

Já no início dos anos 1990, percebe-se a inclusão de nomenclaturas, como, coordenador pedagógico e outras coordenações ligadas diretamente aos alunos, em vários estados do Brasil. Isso, na opinião dos especialistas em educação representava um salto de qualidade, pois desonerava bastante o fardo dos professores, garantindo ainda acompanhamento ao professor, ao aluno e sua família.

No Rio de Janeiro, foi durante o governo de Leonel Brizola, que ficou instituído o cargo de Coordenador Pedagógico, através de Lei Estadual nº 9.394, de dezembro de 1996, cuja lei dizia ser este o profissional responsável pela organização da atividade pedagógica na escola, sob orientação do então Vice-Governador, Darcy Ribeiro (BRASIL, 1996).

O modelo fluminense serviu de inspiração para os outros estados brasileiros que, atualmente, adotam o termo coordenador com as mesmas atribuições dadas pela Lei

Municipal nº 2.619/88, ou seja: Assessorar o diretor na coordenação da elaboração do planejamento, execução e avaliação curricular e o desenvolvimento do trabalho pedagógico [...] de forma a atender à diversidade da escola [...] (BRASIL, 1988).

Desde a aceção do termo “coordenação”, muitos debates surgiram sobre os atributos e alcance da pessoa do coordenador escolar, alguém que se funde com o Projeto Político-Pedagógico, tornando-se responsável pela regência dos diversos atores que permeiam o processo educativo. Torna-se incoerente nesta década, com tantas demandas que recaem sobre a escola, diante da nova postura educacional que busca a inclusão, imaginar um ambiente de educação cidadã sem a figura do coordenador.

## **2.1 Coordenador pedagógico: contribuições ao processo educativo**

Um dos maiores desafios da atualidade é fazer com que a escola cumpra harmonicamente os atributos os quais a sociedade lhe confia, transformando o espaço de aprendizagens num ambiente equilibrado e capaz de fomentar o ensino-aprendizagem de forma democrática e participativa.

O que se percebe ainda hoje nas escolas brasileiras, sobretudo naquelas que se situam longe dos grandes centros é a imperatividade do ensino como uma obrigatoriedade punível sobre aqueles que não se identificam com as metodologias praticadas no seio das instituições educacionais. São gestões que, longe de serem democráticas, estabelecem seus próprios regulamentos, estes, não raro, centralistas, punitivos e distante do que se imagina seja uma educação resgatadora.

Os papéis da gestão e da coordenação são muitas vezes confundido com o exercício arbitrário de um direito, em detrimento de deveres que são indissociáveis de uma liderança moderna e construtiva.

Uma gestão só pode ser exitosa quando coloca em primeiro plano o trabalho de equipe e os ideais de participação e solidariedade na construção de um projeto comum, que abarque a diversidade cultural e as demandas sociais aí explícitas, que em alguns casos passam despercebida, criando um certo bloqueio comunicacional entre os atores envolvidos no processo educativo.

Diante das exigências da sociedade hodierna fica patente a necessidade de uma visão global, da premência de uma mudança de postura das instituições educacionais, no sentido de da maior valoração ao papel da coordenação, de estabelecer parcerias construtivas que possam contribuir para o desenvolvimento efetivo da clientela à qual o trabalho do

educador se dirige, atraindo assim a atenção de uma juventude cada vez mais atenta às novas e sedutoras tecnologias e distante das ultrapassadas metodologias que insistem em sobreviver ao mundo plural a cada dia mais integrado ao processo inevitável da globalização.

O coordenador pedagógico é muito importante na rotina escolar e da sua atuação pode nascer a escola cidadã que a sociedade almeja há tantos séculos, pois, cabe a ele essa mediação entre a gestão e a comunidade escolar, entre os recursos materiais, tecnológicos e humanos disponíveis no meio educativo.

É sobre a coordenação que recai a missão de buscar o diálogo, de engendrar projetos e políticas voltadas para a satisfação da necessidade de todos os atores envolvidos nesse complicado processo que se chama educação.

O coordenador pedagógico deve proporcionar no âmbito escolar uma formação que leve em conta esse “novo cidadão” que se deseja formar, e isso precisa estar claro no planejamento estratégico, porém, os resultados só serão exitosos se a equipe estiver sintonizada, com a autoestima em níveis satisfatórios.

É um grande desafio para o coordenador pedagógico realizar esse trabalho, considerando a diversidade dos atores que compõem o corpo escolar, levando-se em conta que alguns professores, bem como a maioria dos alunos ainda não encontraram as afinidades necessárias para compor essa orquestra.

O coordenador pedagógico, como formador dos profissionais deve também primar pela atualização constante do seu conhecimento, não ficar esperando diretrizes institucionais para poder se posicionar. É premente o exercício incansável de capacitação e formação permanente dando matéria ao conceito do aprender a aprender.

Outro desafio do coordenador pedagógico é desenvolver no clima organizacional a consciência da necessidade do trabalho coletivo nos espaços e tempo escolares. Ressalta-se aqui a importância do coordenador como articulador-mediador das relações de poder no contexto escolar, o gerenciamento dos conflitos e o monitoramento das ações para a garantia do sucesso da organização do trabalho pedagógico.

O coordenador tem entre outros espaços de socialização das metas e estratégias os encontros pedagógicos, pois são nessas reuniões que os problemas e possíveis soluções entram no debate, de acordo com Torres (2001, p.45):

As reuniões pedagógicas vêm apontadas como um espaço privilegiado nas ações partilhadas do coordenador pedagógico com os professores, nas quais ambos debruçam-se sobre as questões que emergem da prática, refletindo sobre elas, buscando [...] novas respostas e novos saberes, ao mesmo tempo.

Cabe ainda ao coordenador pedagógico articular os desdobramentos do planejamento escolar, currículo, avaliação, suscitar debates, ação/reflexão/ação, e traçar estratégias coerentes com cada situação problema. É papel fundamental do coordenador pedagógico mediar conflitos e para tanto ele precisa estar preparado, ser flexível e parceiro dos professores.

Pensar e forma de forma coletiva pode resultar na existência de conflitos, o que impõe a necessidade de se instituir mediações capazes de preservar ou conduzir ao consenso possível, bem como assegurar que as diferenças não se constituam em obstáculos à realização de uma ação educativa (SOUZA et al., 2005, p.18).

A grande importância do coordenador pedagógico na escola se integra nessa inferência, concebendo-o como agente de mediação. Tornar efetivo o exercício da gestão participativa, compartilhada entre todos os segmentos da escola (professores, pais e alunos) necessitam ter suas vozes ouvidas. Para que haja participação de forma organizada e democrática é fundamental que se tenha alguém responsável pelo processo de coordenação e articulação entre os diferentes segmentos (SOUZA et al., 2005).

Desenvolver uma consciência coletiva em que cada indivíduo sinta seus valores a postos é certamente o caminho mais plausível para alcançar objetivos dentro do processo educacional, segundo acredita Freire (2005, p.81):

[...] no acompanhamento da ação-reflexão-ação dos educadores que atuam nas escolas, envolvem-se a explicação e análise da prática pedagógica, levantamento de temas de análise de práticas que requerem fundamentação teórica e a reanálise da prática pedagógica, considerando a reflexão sobre a prática e a reflexão teórica.

Desta forma, o coordenador é, no ambiente escolar, o elemento chave para a formação continuada, desde que este se invista da capacitação necessária e da consciência de que seus valores nunca poderão estar acima do coletivo. A atuação coerente do coordenador moderno torna a atividade produtiva, pois derruba todas as barreiras que procurem travar o bom andamento da educação. O coordenador é, neste prisma o articulador entre o Projeto Político-pedagógico e a regência de sala de aula, visando à aprendizagem significativa do aluno. Esse profissional deve, nessa análise, fortalecer sua identidade, diagnosticar para tomar decisões, ser um eterno aprendiz. Fazer valer a dimensão pedagógica da escola, ser a possibilidade de diálogo na construção do Projeto Político Pedagógico e a prática docente no seu espaço de acompanhamento.

No início do século XXI, é possível estabelecer algumas definições para o papel do coordenador pedagógico. Elas variam no tempo e visões dos teóricos da educação, que se debruçam sobre o tema. Dentre esses posicionamentos, realça-se neste estudo as definições de Vasconcellos (2009, p.86-89):

- a) **Definição positiva:** a coordenação pedagógica é a articuladora do Projeto Político-pedagógico da instituição no campo pedagógico, organizando a reflexão, a participação e os meios para concretização do mesmo, de tal forma que a escola possa cumprir sua tarefa de propiciar que todos os alunos aprendam e se desenvolvam como seres humanos plenos, partindo do pressuposto que todos tem direito e são capazes de aprender.
- b) **Mediação:** quem está diretamente vinculado à tarefa de ensino *stricto sensu* é o professor. O supervisor relaciona-se com o professor visando sua relação – diferenciada, qualificada – com os alunos. Neste contexto é preciso atentar para a necessária articulação entre a pedagogia de sala de aula e a pedagogia institucional, uma vez que, no fundo, o que está em questão é a mesma tarefa: a formação humana, seja dos alunos, seja dos professores, da coordenação, dos pais, etc.
- c) **Ampliar horizontes:** um outro desdobramento da função supervisora é da educação mantenedora, de administração educacional.

Deste modo, pode-se relacionar como funções precípua da coordenação pedagógica, além das já repensadas, a tarefa de manter os atores do processo educativos em constante interação e afinidade com a tarefa de educar, para que ao educandos também sinta a sensação de que vale a pena dedicar-se ao que o professor ensina. Segundo Vasconcellos (2009, p. 98), procura-se, neste trabalho, sintetizar os pressupostos:

- Acolher o professor em sua realidade, em suas angústias, reconhecendo necessidade e dificuldades. A atitude de acolhimento é fundamental também como aprendizagem do professor em relação ao trabalho que deve fazer com os alunos;
- Fazer a crítica dos acontecimentos, ajudando a compreender a própria participação do professor no problema, a perceber suas contradições (e não acobertá-las);
- Trabalhar em cima da ideia de processo de transformação;
- Buscar caminhos alternativos, fornecer materiais, provocar para o avanço;
- Acompanhar a caminhada no seu conjunto, nas suas várias dimensões.

## 2.2 A mediação pedagógica e atuação do coordenador pedagógico

Mediação é uma palavra que significa o “[...] ato de mediar ou o resultado deste; intervenção; intercessão; intermediação” (FERREIRA, 2012, p. 583). Portanto, mediar é interferir no processo e, no caso da educação, com moderação e valorização das ideias aí implicadas.

Fazer esse permeio nem sempre é uma tarefa fácil, pois, em se tratando de relações humanas, ainda mais num universo de pessoas letradas, as ideias são plurais, assim

como as concepções de certo e de errado. Daí, se o coordenador não for uma pessoa flexível, inteligente o suficiente para detectar quando deverá ceder, o processo pode emperrar ou mesmo desenvolver relações conflituosas.

Estudiosos das relações humanas ponderam que a mediação faz parte do agir humano desde antiguidade, mesmo antes de Sócrates, o pensador grego tido como precursor da filosofia. Segundo Parolin (2006), é com Sócrates (470 a.C) que o termo mediação começa a se definir como se conhece.

O filósofo grego – como fosse filho de uma parteira – passou a observar e admirar a forma como as pessoas vêm ao mundo, e tentou transmutar essa ideia para o mundo externo, desenvolvendo o método dialético que ficou conhecido como “maieutica”, ou parto das ideias. Com suas técnicas, Sócrates ensinava seus discípulos no ato de dar à luz e na ação de esculpir conceitos. Entretanto, o trabalho não era dele, era do discípulo. O mestre era apenas um mediador do processo de construção do conhecimento, da formação de conceitos.

Como se percebe a ideia de mediação não é coisa que surgiu ontem. Certamente é anterior a Sócrates.

O coordenador moderno deverá pautar-se democraticamente, ser participativo e acolhedor, mostrar-se aos colegas uma pessoa confiável e de caráter exemplar, para que as outras pessoas vejam nele alguém com ética e capacidade suficientes para negociar ideias e mudanças de postura.

É natural que pessoas com certo grau de formação intelectual algumas vezes sejam contestadoras. Portanto, o coordenador precisa ter a consciência de que precisa está em constante qualificação e atento a todas as evoluções tecnológicas relacionadas à informação e comunicação.

Nas escolas o que soa é quase sempre a antipatia dos professores pelos coordenadores dos turnos. Isso pode se explicar com base nas técnicas ultrapassadas que muitos coordenadores ainda usam, tanto nas escolas públicas quanto na rede privada.

Observa-se, nas reuniões realizadas em escolas da rede estadual, que os professores deixaram de suportar os recortes de textos de autoajuda, as mesmas “reflexões”, baseadas sempre em textos colhidos sem critérios na Internet ou em revistas especializadas em educação. Alguns coordenadores utilizam os mesmo textos há décadas, outros recorrem a textos como estratégia universal, como se todos os públicos fossem exatamente iguais.

Se os professores não acolhem o projeto educativo, alguma coisa está fora do lugar. Portanto, não é transferindo para os professores a razão do fracasso escolar que o coordenador pedagógico conseguirá êxito em sua proposta. Este precisa antes rever conceitos

e estratégias e realizar um estudo sobre a clientela alvo de seu trabalho, e nessa autoavaliação poderá, quem sabe, diagnosticar e chegar à conclusão de que o fracasso pode ter raízes nos seus métodos de ação.

Não é só com os professores, no entanto, que o papel de mediador do coordenador pedagógico tem mostrado falhas. Nota-se também, que os estudantes parecem não entender qual o projeto da escola para suas vidas, isso, justamente, porque nem mesmo quem elabora o Projeto Político-Pedagógico sabe as reais intenções dessa proposta que em muitos casos não passa de uma mera formalidade, de um documento obrigatório à escola.

A mediação pedagógica, na visão de Vygotsky (1989), possibilita que processos internos de desenvolvimento sejam despertados, mas para que esses processos ocorram, é necessário que os indivíduos entrem em contato com um determinado ambiente cultural.

Vygotsky (SAMPAIO; LEITE, 2007, p.71) leva à reflexão, que “[...] todas as funções superiores, como, por exemplo, a atenção voluntária, a memória lógica e formação de conceitos, originam-se das relações reais entre os indivíduos humanos”. Desse modo, as relações interpessoais são determinantes na construção dos processos psicológicos caracteristicamente humanos, o que pode significar que é através da mediação que a interação do sujeito com o mundo acontece.

A velha e repetida história dos alunos que não acompanham o ritmo da turma, porque têm dificuldades para aprender, soa obsoleta, numa época de tantas diferentes tecnologias a serviço da educação, o que denota, na verdade, uma falta de preparo da escola para atender a comunidades cada vez mais exigentes e carentes de afetividade, mas também de inserção social.

Tudo passa pela forma como os professores estão encarando o processo educativo, o nível de autoestima dos profissionais que conduzem o processos educacional, como também o nível de gestão que é aplicada na escola.

Como mediador desse complexo processo de relações e interesses, o coordenador pedagógico precisa se antecipar aos conflitos, buscando diariamente atualização técnica e contribuições de outros campos da ciência, capazes de concorrer para impulsionar a educação.

No entendimento de Orsolon (2001, p.22):

O coordenador medeia o saber, o saber fazer, o saber ser e o saber agir do professor. Essa atividade mediadora se dá na direção da transformação quando o coordenador considera o saber, as experiências, os interesses e o modo de trabalhar do professor, bem como cria condições para questionar essa prática e disponibiliza recursos para modificá-la, com a introdução de uma proposta curricular inovadora e a formação continuada voltada para o desenvolvimento de suas múltiplas dimensões.

Da citação da autora apreende-se que essa mediação pedagógica objetiva auxiliar na visão das dimensões de sua ação, para que ele percebe qual a importância atribuída a cada uma delas e que postura tomar diante das situações.

A interferência do coordenador pedagógico pressupõe motivação ao professor para planejar sua formação continuada, com ênfase em cada uma das múltiplas dimensões desse processo, orientando-o ou não no sentido da mudança.

### **2.3 O coordenador pedagógico e o papel de formador, articulador e mediador no cotidiano escolar**

A escola há séculos vem falhando na sua missão de educar, muitas vezes porque não conseguiu acompanhar as transformações do mundo capitalista e a imposição de novas necessidades para as quais a escola não foi preparada.

O processo de globalização que se acentuou no começo dos anos 1990, com o advento da rede mundial de computadores e da tecnologia celular, trouxe consigo um leque de mudanças que se operaram de forma imperativa nas sociedades, eliminando barreiras e encurtando diferenças culturais, transformando o mundo no que os teóricos cibernéticos ousam chamar de aldeia global. É como se o mundo, com toda a sua extensão e dimensão estivesse a um toque das mãos.

Entretanto, não obstante às mudanças reais e perceptíveis ao mais desatento dos seres, na escola essa revolução não se operou de forma instantânea, e ainda hoje é um desafio para os gestores educacionais. A reatividade às vezes incompreendida é consequência do desprezo que o poder público, durante séculos, demonstrou em relação aos assuntos envolvendo a educação pública.

Diante dessa realidade, o advento da Carta Constitucional de 1988 operou profundas mudanças conceituais, porém não atitudinais em grande parte dos casos (BRASIL, 1988). Isso porque a instituição escolar ainda abriga em seu seio pessoas indispostas à mudança, por outro lado dispostas a atrapalhar qualquer novo projeto que tente se instalar.

É imperativo lembrar que, neste início de século, opera numa velocidade jamais vista, e que determinadas leis imutáveis até bem pouco tempo tornam-se apenas objeto de reflexão diante das demandas da atualidade. Portanto, é preciso flexibilidade, afeto, solidariedade e o desenvolvimento de uma capacidade psicológica sólida para lidar com os conflitos inerentes ao estado atual. É premente conceber, que, se as pessoas estão em constante interação na era tecnológica, não tem como as instituições estagnarem, como se

tivessem a condição de funcionarem de forma estanque.

As organizações carecem cada dia mais de material humano coerente com as novas demandas, profissionais que valorizem o trabalho de equipe, e que saibam aceitar os revezes às suas ideias e propostas. Diante desta inferência, pressupõe-se a inserção no ambiente educativo de pessoas dinâmicas, criativas, capazes de estimular os demais atores do processo educativo, com a consciência de que o sucesso do trabalho será ao fim uma conquista da equipe e não de um projeto pessoal.

O coordenador pedagógico precisa ser consciente de que a sua atuação refletirá em um trabalho de equipe, que pode ser exitoso ou fracassado, por isso, ele precisa valorizar os conhecimentos e culturas que a escola já desenvolveu e tentar agir de forma a mudar o status atual sem ferir suscetibilidades, conforme adverte Nóvoa (1992 apud ANDRÉ, 2006, p.32) “[...] a experiência não é nem formadora nem produtora. É a reflexão sobre a experiência que pode provocar a produção do saber e a formação”. Dessa forma, o trabalho precisa ter a colaboração de todos e é atributo do coordenador motivar todos a participarem.

Um dos pontos dessa articulação mediadora é a formação continuada, que deve ser estimulada e criadas as condições para que o docente se atualize sem atrapalhar o andamento das suas atividades laborais. Fala-se aqui em formação continuada que possibilite sujeitos críticos, não apenas indivíduos repletos de teorias, mas sem aplicações práticas que venham a melhorar os níveis de aprendizagem e relações humanas entre os atores do processo educativo.

Nessa discussão surge o questionamento pertinente: que tipo de coordenador pedagógico as escolas estão formando? Que contribuições podem esses coordenadores trazerem para o processo ensino-aprendizagem e para a melhorias das relações interpessoais no espaço escolar?

Parecem perguntas difíceis de responder, mas não são. É só olhar o mapa de metas e resultados alcançados pela escola e seu Projeto Político-pedagógico. Todos esses questionamentos poderão respondidos dando a palavra para os próprios atores, que são as pessoas mais qualificadas para opinar sobre o tema.

Garrido (2008) pondera, que a função essencial do coordenador pedagógico é a formação continuada, possibilitando que os professores façam uma reflexão sobre suas práticas docentes, tendo em vista uma tomada de consciência, que favoreça o estabelecimento de novos propósitos para a escola.

Esse trabalho é por si só complexo e essencial, segundo Garrido (2008), uma vez que busca compreender a realidade escolar e seus desafios e construir alternativas que se

mostrem adequadas e satisfatórias para os participantes, propor um mínimo de consistência entre as ações pedagógicas, tornando-as solidárias e não isoladas ou em conflito umas com as outras.

Conforme demonstra Garrido (2008), a tarefa articuladora e transformadora é difícil, primeiro porque não há fórmulas prontas a serem executadas. É preciso criar soluções adequadas para cada realidade. Segundo, porque mudar práticas pedagógicas não se resume a uma tarefa técnica de implementação de novos modelos a substituir programas, métodos de ensino e formas de avaliação costumeiras.

Mudar significa reconhecer as deficiências do próprio trabalho, significa lançar olhares questionadores e de estranhamento para as práticas para práticas que já nos são tão familiares, que parecem verdadeiras, evidentes ou impossíveis de serem modificadas. Significa alterar valores e hábitos, que caracterizam de tal modo nossas ações e atitudes, que constituem parte importante de nossa identidade pessoal e profissional (GARRIDO, 2008, p.46).

As pessoas, via de regra, não abrem mão facilmente de suas convicções, isso é uma verdade mais do que atestada, daí, se o coordenador pedagógico não encontrar a forma mais adequada de fazer valer sua filosofia, dificilmente essa relação não será deteriorada.

### 3 A EJA E SUA EVOLUÇÃO NO BRASIL

É consenso que os professores precisam ser pessoas biopsicossocialmente equilibradas e com vocação para lidar com os estudantes, pessoas de diferentes contextos sociais e familiares, cada uma trazendo no seu bojo todo um arquétipo cultural moldado através da família, seu primeiro grupo social, e posteriormente de outros contextos sociais.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem como desafio ensinar os primeiros passos aos indivíduos que à escola chegam ávidos por novos saberes. A carga de dificuldade pode ser ainda maior, se for levado em conta o conjunto de conhecimentos que uma pessoa adulta traz arraigado. Deste modo, a EJA está inserida no bloco das categorias especiais de educação, justamente por ter como clientela pessoas que já possuem uma história de vida consolidada, cujos valores quase sempre são considerados por estes atores invioláveis.

A história dessa modalidade de educação tem origem recente no Brasil, um país colonizado por europeus, que a maior parte de sua história esteve sob influência das potências capitalistas, reproduzindo o eco da divisão internacional do trabalho, cujo papel do Brasil foi sempre bipolar, sendo de um lado o de abastecedor de riquezas através de matérias-primas e do outro importador de tecnologias.

Desde a gênese o país repercutiu a influência das potências industriais, e na educação não poderia ser diferente, uma vez que este país não possui tecnologia suficiente para proclamar sua autonomia, e poderia ficar isolado geograficamente, caso resolvesse andar na direção contrária aos interesses do chamado primeiro mundo.

No início de sua história, o Brasil vive sob influência das potências mundiais, curvado aos interesses que, desde outrora desprezava os interesses nativos. Na visão colonialista os nativos jamais poderiam ser comparados aos europeus, e também não desenvolveriam autonomia suficiente para fazer escolhas plausíveis. Seriam, assim, mão de obra para concretizar o pensamento do colonizador.

Somente com os fracassos das capitânicas hereditárias e a implantação do governo-geral as autoridades administrativas da colônia começam a demonstrar preocupação com a formação de uma elite letrada, pois antes disso, registrava-se apenas a educação jesuítica, voltada menos para as questões científicas e mais para propagação da fé católica. Era uma educação cristã-doutrinária, assistemática, cuja pedagogia, como se vê em José de Anchieta era a do maniqueísmo, da batalha constante do bem contra o mal, em que os valores do bem – representação dos costumes europeus – sobressaíam-se sobre o mal, que aí representava os hábitos indígenas.

As reformas impostas para as colônias portuguesas pelo Marquês de Pombal, fizeram desmoronar um império erguido sobre a educação que eram os mosteiros, colégios jesuítas, que começavam a ocupar a paisagem de uma terra ainda selvagem. Mas, a partir dos anos 1750, com a expulsão dos jesuítas e a destruição de um complexo sistema educacional montado pelos religiosos, esse trabalho antes de tudo missionário foi fortemente impactado.

Niskier (2001) argumenta que a implantação das famosas “aulas régias” implantadas pelo déspota português mostraram-se bastante incoerentes com a realidade da colônia, ao desprezar a existência de escolas fundadas por padres de outras ordens religiosas, como os beneditinos e franciscanos, igualmente enxotados por Pombal. Com a morte do rei português, Dom José I, que nomeara Pombal, este foi expurgado, assim como fizera com os jesuítas, e a educação brasileira ainda tênue voltava à obscuridade.

Com a mudança repentina da Família Real portuguesa para o Brasil, era preciso criar condições para que os nobres e súditos europeus pudessem ter condições mínimas de conforto e qualidade de vida. São instaladas bibliotecas, museus, teatros e, claro, escolas para aquela elite. A população, composta por uma massa de índios, mestiços e escravos ficara fora daquela proposta de educação. Em contraste com a corte iluminada uma população no fosso da ignorância, com relação aos bens culturais introduzidos na colônia.

A monarquia implantada com a independência do Brasil, em 1822, trazia consigo uma falsa ideia de autonomia. A primeira constituição brasileira e no artigo 179 dela constava que a “instrução primária era gratuita para todos os cidadãos”, o que na realidade era apenas letra morta, uma vez que a população em si não tinha acesso a escolas.

Poucos anos antes da proclamação da República, 1882, Rui Barbosa, apresentava um diagnóstico da situação vergonhosa da educação brasileira, denunciando as altas taxas de analfabetismo, ao mesmo tempo em que apresentava ao império uma proposta para a multiplicação de escolas e ampliação do alcance da educação, restrita até então apenas à elite.

A educação ainda guardava estreita relação com a religião o que vem a ser rompido com a constituição de 1889 – a primeira da República – que decreta a laicização do ensino nos estabelecimentos públicos. Daí por diante, durante o período de quatro décadas, quanto durou a república café com leite, praticamente nada de relevante se registrou na educação brasileira.

Com o golpe perpetrado pelas elites descontentes com a elite paulista, ascende Getúlio Vargas ao poder em 1930, e este ao tentar governar de forma despótica é logo pressionado pela voz dos movimentos sociais e militares paulistas, que impõem uma nova constituição ao país em 1934. Surge no texto constitucional os primeiro lapsos de cidadania,

conforme o artigo 149º da Carta de 1934, *ipsi literis*:

Art. 149. A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcional-a a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no país, de modo que possibilite eficientes factores da vida moral e económica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (BRASIL, 1934).

Esta inovação cidadã, no entanto foi a seguir rechaçada pela constituição ditatorial de 1937, que assinala o início o governo com características fascistas, imposto por Vargas. Essa lei, de inspiração nos governos totalitários europeus desobriga o Estado da função de prestar educação à população, vinculando-a aos valores civis e económicos das famílias.

Com a queda do “Estado Novo” e Getúlio Vargas, uma nova Constituição foi promulgada em 1946, mostrando preocupação com a educação, trazendo a seguinte redação: “Art. 166: A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana” (BRASIL, 1988).

A Constituição de 1967, sob a égide do regime militar, que suprimiu a autonomia e liberdade das pessoas, no entanto, pouco altera o texto da constituição anterior, manteve a estrutura organizacional da educação nacional, preservando dessa maneira os sistemas de ensino dos Estados. Porém, retrocede ao favorecer o ensino particular, sugerindo que a educação secundária deveria ser assumida pelas famílias, e que o Estado só assumiria se a pessoa conseguisse provar que realmente não tinha condições para estudar.

Pode-se perceber até então, que as ideologias definidoras dos sistemas educacionais brasileiros são de origem meramente política, sem dar muita importância para as questões técnicas aí implicadas.

Um dos baluartes e pioneiros por uma educação cidadã foi o professor Paulo Freire, ele era um dos precursores da alfabetização de adultos, uma coisa até então impensada, dadas as dificuldades e os resultados estatísticos, que não se revelavam interessantes para os governantes. Freire defendia uma educação libertadora, que partisse do cotidiano dos educandos, para só assim alcançar a cidadania. Desenvolveu métodos que levam ao letramento respeitando as capacidades e tempo de cada educando:

O método Paulo Freire pretende superar a dicotomia entre teoria e prática: no processo, quando o homem descobre que sua prática supõe um saber, conclui que conhecer é interferir na realidade, de certa forma. Percebendo – se como sujeito da história, toma a palavra daqueles que até então detêm seu monopólio. Alfabetizar é, em última instância, ensinar o uso da palavra (NASCIMENTO, 2013, p.28).

No auge da ditadura surge, em 1967, O Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 (BRASIL, 1967), que propunha alfabetizar adultos que não puderam frequentar escolas na infância. Era uma medida plausível, pois garantiria acesso a milhões de brasileiros ao mundo das letras e dos cálculos. Um pouco parecido com o método Paulo Freire, o método dos militares não se preocupava com a formação crítica do estudante, aliás, ensinava valores que iam além do simplesmente aprender a ler e escrever, como, por exemplo, aulas de civismo.

Como se constata, a história da Educação de Jovens e Adultos é bem recente. Ela nasce no momento em que os sistemas políticos passam a exigir assinatura na hora de votar. Lançada pela primeira vez na década de 1940. Durante os chamados “anos de chumbo”, porém, trabalhos como o de Paulo Freire e outros educadores da vertente libertadora foram vistos como ameaça e tiveram suas ações fiscalizadas e ameaçadas pelos governantes.

Em 1971 com a Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi estabelecido o ensino supletivo, com um espaço na redação reservado especificamente para a EJA. Em 1974 o Ministério da Educação e Cultura propôs a implantação dos Centros de Estudos Supletivos, para formar técnicos para as indústrias, uma exigência conjuntural naquele momento.

O Mobral seria posteriormente substituído pela Fundação Educar, uma forma mais bem elaborada de EJA, que começava a mostrar sua face mais abrangente, que seria contemplada e melhorada com o advento da Constituição da República Federativa (CRFB) de 1988.

A nova constituição traria profundas mudanças nas formas de perceber a educação, introduzindo propostas jamais vista do ponto de vista em se tratando de política educacional. Nesse embalo de mudanças o texto constitucional traz com todas as letras a Educação Especial voltada para as pessoas que não tiveram oportunidade de educação na infância e adolescência.

A CRFB/1988 consigna no seu artigo 208 que, “[...] o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 1988, p. 137).

Finalmente, surge no ordenamento jurídico a garantia, sem permissão da tutela do Estado à educação especial, incluindo neste rol milhões de brasileiros que por motivos diversos não frequentaram a escola, ou deixaram-na por motivos também variados.

O oferecimento de condições de estudo perto do domicílio dos indivíduos traduz-se em uma nova forma de ver o outro, de levar cidadania, com a inserção dessa parcela da

população há muito tempo alijada do processo educativo.

Com isso, a educação deixa de ser exclusivamente tradicional e passa a valorizar o meio no qual sua clientela está inserida. Mas nem tudo foi conquista no pós-constituente, pois a falta de apoio governamental levou ao fechamento da Fundação Educar. Entretanto, ao mesmo tempo em que se fechava essa porta, outras se abriam com os estados e municípios assumindo a educação dos seus jovens e adultos.

No início de 2003 o Ministério da Educação e Cultura assumiu a EJA como prioridade do Governo Federal, criando a secretaria extraordinária de erradicação do Analfabetismo, cuja meta é erradicar o analfabetismo, envolvendo uma força tarefa com Estados Municípios e organizações não-governamentais.

### **3.1 O coordenador pedagógico e o atendimento à diversidade**

Desde a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) o Brasil assume vocação para a pluralidade, considerando sua própria história e a formação de seu povo, resultado de uma miscigenação dos mais variados tipos humanos que para cá migraram, juntando-se à pele dos índios que habitavam as matas brasileiras.

Muitos dos colonizadores jamais imaginaram morar numa região como essa, que para os povos que se consideravam superiores era como um grande acampamento de pessoas tolas e de maus aspectos. No entanto, alguns desses aventureiros abraçaram a terra e contribuíram para a formação de um povo que têm múltiplos aspectos, que vão da tonalidade da cútis aos modos de vida.

Incluir é respeitar toda essa diversidade, todos procurando marchar na mesma direção, em busca da igualdade e da justiça social. Tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades, para que a escola possa atender com justiça a todos aqueles que a ela buscam, e por outro lado ir ao encontro numa missão resgatadora, daqueles que o Estado não atingiu com suas políticas públicas. Araújo (1998, p.10) infere que:

[...] a escola precisa abandonar um modelo no qual se esperam alunos homogêneos, tratando como iguais os diferentes, e incorporar uma concepção que considere a diversidade tanto no âmbito do trabalho com os conteúdos escolares quanto no das relações interpessoais.

Não são apenas as diferenças culturais que precisam ser respeitadas. É preciso também uma atenção especial sobre aquelas pessoas que, por alguma questão particular ou mesmo social foram marginalizados pelo sistema.

Percebe-se que, não obstante todos os avanços já contabilizados, ainda há um fosso considerável entre o que se presume ser a escola ideal e o que se apresenta atualmente para a sociedade. As escolas brasileiras, em sua maioria, não estão preparadas para atender à diversidade, e os problemas a serem superados vão desde a estrutura física até os fatores estruturais, que geram uma inércia ao desenvolvimento intelectual e humano dos alunos.

Nesse emaranhado de questões a serem respondidas pelo Estado, emerge a necessidade de encontrar saídas que sejam adequadas a cada situação, de forma a transformar a escola num *lócus* de oportunidades, não de desilusões como tem sido em parte considerável dos casos.

Ao recorrer à escola, os alunos buscam ali uma nova oportunidade, um alento, e precisa encontra nela as respostas de que precisa, senão ele não permanecerá ali, e assim as tais condições para “acesso e permanência”, presentes na legislação estarão sendo descumpridas.

No caso da Educação de Jovens e Adultos, percebe-se nos últimos anos um avanço nas oportunidades, mas isso não deve ser motivo de acomodação. Para os coordenadores pedagógicos, esse é um dos grandes desafios da educação inclusiva, e os profissionais devem fazer o diferencial, diagnosticando problemas, detectando pontos falhos e procurando contribuir com a formação de um projeto antes de tudo social, que ao final resulte numa melhoria da qualidade do ensino.

Fazer a mediação entre gestão, professor e estudante é o primeiro passo para que o Projeto Político Pedagógico cumpra seu papel, despertando o educador para a sua responsabilidade e oferecendo condições de trabalho para que ele desempenhe seu papel de forma satisfatória.

Pressupõe-se que, se o professor abraça a filosofia da escola o resultado será logo percebido na relação ensino aprendizagem, com o que concorda Gadotti (2011, p.21): “A escola que se insere nessa perspectiva procura abrir os horizontes de seus alunos para a compreensão de outras culturas, de outras linguagens e modos de pensar, num mundo cada vez mais próximo, procurando construir uma sociedade pluralista”.

### 3.2 O coordenador pedagógico e a Educação de Jovens e Adultos

Qual a importância do coordenador para a EJA? Essa pergunta pode ser respondida de múltiplas formas, por isso, sem querer esgotar pontos de vista, defende-se aqui a ideia da presença afetiva, pois nessa fase da vida muitos jovens e adultos podem estar com a autoestima em conflito com o mundo que o cerca.

O coordenador pedagógico então, estabelecerá um diálogo com o educando, buscando conhecê-lo, para que possa junto ao professor traçar estratégias de aprendizagem, que respeitem seus conhecimentos prévios, mas procure também somar a esses conhecimentos novos saberes.

A aprendizagem, na concepção de Barbosa (2006, p.15) “[...] decorre da ação do aprendiz sobre o mundo e dos elementos deste mundo que agem sobre ele, caracterizando uma ação dialética, modificando, portanto, a concepção do que seja ensinar/aprender a construir o conhecimento”. Na mesma linha de raciocínio, Visca (1987) destaca que existe uma evolução na qualidade dessas interações estabelecidas entre o aprendiz e o mundo, o que amplia cada vez mais as possibilidades de aprendizagem, relacionando aprendizagens anteriores às atuais.

Embora o aluno chegue à escola com maturidade etária, em grande parte dos casos, no que diz respeito ao mundo letrado, ele pode ser muitas vezes comparado a uma criança, que deve ser conduzida com cuidado para não atropelar etapas e destruir expectativas.

É preciso entender que o processo de alfabetização e letramento de pessoas adultas traz muitos desafios para aqueles que se propõem a assumir a tarefa de alfabetizador quanto para os alfabetizandos. A coordenação precisa ser vigilante para perceber que muitas práticas se mostram insuficientes para promover a inserção plena dos educandos na cultura escrita. Há limitações de diferentes ordens, entre elas, tornam-se mais evidentes aquelas que se referem à seleção de conteúdos e adequação ao método de ensino.

O coordenador pedagógico, junto ao professor, precisa fazer esses questionamentos: o que, de fato, se está ensinando? Quando se ensina a leitura e a escrita para jovens e adultos? Que condições são dadas para esse aprendizado? Quais são as condições para o letramento numa turma de jovens e adultos? Que tipo de letramento a interação a interação desses condicionantes tende a possibilitar? O que acontece nas práticas de letramento?

Fendrich e Pereira (2006, p. 10) relaciona alguns pressupostos para orientar as estratégias do coordenador ao se deparar com situações-conflito na EJA:

- a) As condições sociais e históricas de aquisição e de uso da escrita geram diferentes tipos de letramento ou diferentes estados e condições letradas;
- b) O letramento construído é resultante do inter-relacionamento de um conjunto de fatores, como, por exemplo, as negociações entre professor e aluno, os tipos de usos sociais da escrita, das operações matemáticas, e das ciências, que são propostos em sala de aula, as práticas sociais nas quais o indivíduo está inserido fora da escola.

Concebe-se que esses pressupostos estão relacionados ao campo de estudo, numa perspectiva que indica que não existe uma única condição de aprendizagem, mas que esta é resultado das condições sociais de aquisição dos saberes.

Pressupondo que a aprendizagem é uma construção condicionada pelos contextos de uso e aquisição da escrita, o trabalho do coordenador pedagógico deve pautar-se nas necessidades apresentadas ao longo dos estudos, na análise do que está sendo ensinado e o que está sendo efetivamente aprendido.

Coordenar é, nessa visão, interagir com o mundo, buscar em outras realidades projetos que já tenham mostrado resultados plausíveis, que apresentem propostas alternativas de ensino.

Entendendo que a EJA carrega o rico legado da educação popular, os mentores dos sistemas educacionais, assim como seus estudantes são sujeitos sociais, que se encontram no cerne de um processo muito complexo, que não é apenas uma modalidade de ensino.

Não dá mais, na atualidade, para professores agirem de forma descontextualizada, pois a sociedade moderna avançou muito em ciência, que alcança até mesmo as pessoas não letradas, e a escola passa a ser apenas um centro de aprimoramento de aprendizagens, não a única diretriz no sentido do letramento. Soares (2006a, p.28) diz:

A participação dos jovens nesses movimentos os leva a reconhecer-se como sujeitos específicos de direitos. A presença de milhões de jovens adultos, fazendo tanto sacrifício por sua educação, pode ser lida como um sinal inequívoco de que se reconhecem sujeitos de direitos e exigem da sociedade e do Estado esse reconhecimento.

Em última análise recai sobre o coordenador pedagógico a missão de intermediar conhecimento, pessoa humana, ambiente, para que num trabalho coletivo, em que cada um assumo seu papel, a educação passe a ser uma conquista, fruto de um percurso feito com planejamento, não apenas uma seleção de pessoas aprovadas pela escola, mas que serão reprovadas pela vida, o que significa em síntese o fracasso de todos os atores que compõem o escopo educativo.

#### **4 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA DE ATUAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO – C.E. ESTADO DE PERNAMBUCO**

O Centro de Ensino Estado de Pernambuco pertence à rede estadual de ensino e funciona há quatro décadas no mesmo endereço, na rua do Mercado Municipal, centro de Santa Inês. Construído na década de 70, era parte da campanha do regime militar de oferecer estudo primário às crianças. Passou por muitas mudanças quanto às modalidades de ensino oferecidas: funcionou como complexo de ensino fundamental e médio, em 2011 foi cedido para o município de Santa Inês, no turno diurno – experiência que não obteve êxito – e, em 2014, retomou suas atividades com o ensino médio regular durante o dia e na modalidade EJA à noite.

Atualmente, a equipe de liderança do Centro de Ensino conta com dois gestores – Maria de Fátima Ribeiro Moraes (gestora geral) e Marcos Aurélio Lima Silva (gestor adjunto) – e 1 coordenador pedagógico – prof<sup>a</sup>. Leudimar Lucena Cardoso Mesquista – e, todos possuem curso superior. A coordenadora pedagógica possui duas licenciaturas – Letras e Pedagogia. O quadro efetivo de professores é 70 e todos também têm graduação na área em que atuam. Alguns tem várias especializações e nenhum tem mestrado. O perfil dos professores é dividido entre nomeados e contratados pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC). Na escola ainda existem os funcionários de apoio: 3 agentes administrativos e 1 secretário, 4 vigilantes, 1 operacional e 2 merendeiras. Esses servidores – a maioria terceirizada – possuem, pelo menos, o ensino fundamental e/ou médio completo.

O Centro de Ensino citado possui setecentos e trinta e dois estudantes na sede, sendo 273 da EJA e quatrocentos e cinquenta e nove do ensino médio regular.

Vale dizer que, no ano de 2015, o Centro de Ensino estabeleceu parceria com o município e estendeu suas atividades para a Escola Municipal Simone Macieira – periferia de Santa Inês –, em que funcionam 2 turmas, uma de I etapa e outra da II etapa da EJA, ensino médio, contando com 29 estudantes, distribuídos nos turnos matutino e noturno.

O Centro de Ensino funciona com duas turmas da I etapa no turno matutino. No turno noturno, funcionam 2 turmas da I etapa e duas turmas da II etapa, somando 6 turmas da Educação de Jovens e Adultos. Na I etapa são 177 estudantes e na II etapa são 106 estudantes.

A escola agregou ainda, 3 anexos que eram vinculados ao C.E. Poeta Antônio José, escola da rede estadual, que passou a funcionar como escola de tempo integral. Os anexos pertencem à zona rural de Santa Inês e as turmas funcionam em prédios escolares da rede municipal. Os anexos são: São João dos Crentes (222 estudantes), Barro Vermelho (120

estudantes) e Três Satubal (70 estudantes).

Com base na Proposta Pedagógica para Jovens e Adultos Privados da Liberdade (JULIÃO, 2007) convém destacar, também, que o Centro de Ensino conta com a EJA Prisional – modalidade de ensino que visa a reinserção social para jovens e adultos privados de liberdade –, são 30 estudantes detentos na delegacia municipal – 15 do 2º ciclo e 15 do 3º ciclo do ensino fundamental.

#### **4.1 A estrutura do CE Estado de Pernambuco**

O CE Estado de Pernambuco é uma referência na Rede Estadual de Ensino na modalidade Educação de Jovens e Adultos, funcionando nos turnos matutino e noturno. Há uma década a escola oferece formação básica para uma parcela significativa da população, que, por motivos próprios e pessoais, não pôde concluir o ensino médio em tempo hábil.

A escola funciona em um dos prédios públicos mais antigos da cidade, uma construção ultrapassada, que nunca passou por reforma estrutural e já se ressentia da falta de investimentos na parte física.

Quando o prédio foi construído, a cidade de Santa Inês ainda não havia atingido uma década de emancipação política e a população somava apenas um quarto do que é atualmente. A cidade cresceu e beira hoje os cem mil habitantes, contudo, a estrutura é a mesma desde sua fundação, na década de 1970, cercada por prédios residenciais e tendo parte considerável do terreno tomado pelo mato.

A estrutura física da escola apresenta inúmeras deficiências: salas sem arejamento, algumas possuem central de ar que funcionam de forma deficiente, refeitório apertado, banheiros em situação precária, sem possuir espaço adequado para o desdobramento de ações pedagógicas, sem auditório, quadra de esportes. A falta material de apoio é um grande problema segundo os professores, além da deficiência da oferta de tecnologias fundamentais, como rede de Internet e laboratório de informática. O material didático adotado nos últimos três anos é específico para a modalidade EJA, o que, além de representar um problema, visto que resume conteúdos, afetando, de forma direta, a qualidade do processo de ensino-aprendizagem do estudante, dificulta o trabalho dos professores, o que reflete, assim, na não execução das ações propostas pelo coordenador pedagógico.

Conhecer a estrutura da escola é pressuposto indispensável para entender como evoluiu a educação em seu ambiente físico e humano, e o que se percebe na realidade atual do Centro de Ensino é o distanciamento considerável entre o texto da lei e o caso concreto.

## **4.2 Modalidades de Ensino/Programas Implementados**

Ressalta-se que são muitas as políticas públicas propostas pelo governo estadual federal visando a melhoria dos indicadores de qualidade da escola pública, no entanto, é relevante que essas proposições sejam analisadas e discutidas pela comunidade escolar. Após a análise e discussão, cabe a equipe escolar refletir sobre todas as proposições e escolher, de acordo com a proposta do Projeto Político Pedagógico, as proposições que se adequam a singularidade de cada escola. O Centro de Ensino Estado de Pernambuco, destaca em seu projeto como relevante para a melhoria da qualidade da educação ofertada aos estudantes os seguintes programas e projetos.

### **1) Programa Nacional da Biblioteca Escolar – PNBE:**

Filosofia: Promove o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras literárias, de pesquisa e de referência, transformando as bibliotecas públicas num espaço de formação de leitores.

### **2) Programa Escola Digna – ED (eixo apoio pedagógico – formação continuada):**

Filosofia: A ação do “Apoio Pedagógico” constitui eixo estruturante no âmbito do Pacto pela Qualidade da Educação Pública do Maranhão. Nesse sentido, o Programa “Escola Digna” realiza esta ação, que será implementada, acompanhada e avaliada de forma a garantir a melhoria dos indicadores de aprendizagem de leitura, escrita, matemática e letramento em todas as áreas.

O desafio consiste em garantir que cem por cento dos estudantes possam ampliar e/ou desenvolver as competências previstas na matriz curricular, tendo, assim, assegurado o direito social à aprendizagem significativa que lhes garanta uma formação científica, ética e cidadã.

### **3) Programa Escravo, Nem Pensar! – ENP!:**

Filosofia: Em maio de 2015, a ONG Repórter Brasil, por meio do seu programa Escravo, Nem Pensar! e a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) do Maranhão firmaram uma parceria para o desenvolvimento do projeto “Formação de gestores públicos da Educação do Estado do Maranhão sobre o tema do trabalho escravo e assuntos correlatos.

A proposta do projeto é contribuir para a erradicação do trabalho escravo no Maranhão por meio da prevenção deste problema. Para tal, a SEDUC e a Repórter Brasil serão responsáveis pelo processo formativo de profissionais da educação do estado, os quais serão agentes multiplicadores do tema em diversas regiões maranhenses. Esse projeto pioneiro tem como orientação privilegiar a abordagem em Direitos Humanos na educação.

#### **4) Educação de Jovens e Adultos – EJA:**

Filosofia: Oportuniza aos jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência, apenados e jovens em conflito com a lei, fora da faixa etária da escolaridade regular a conclusão e continuidade de estudos; bem como oferece ainda oportunidades de escolarização que aliem a educação básica em nível médio à educação profissional, com habilidades que propiciem a formação integral do aluno como cidadão profissional de qualidade.

#### **5) Educação Inclusiva:**

Filosofia: Assegura a matrícula de todo e qualquer aluno, organizando-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais nas classes comuns. Isto requer ações em todas as instâncias, concernentes à garantia de vagas no ensino regular para a diversidade dos alunos, independentes das necessidades especiais que apresentem. Tais medidas visam potencializar o desenvolvimento integral: a aprendizagem e a capacidade de conviver de formar produtiva e construtiva na sociedade.

#### **6) Educação Ambiental:**

Filosofia: Incentiva a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se, a defesa da qualidade ambiental um valor inseparável do exercício da cidadania; fomenta e fortalece a integração entre ciência e tecnologia, visando a sustentabilidade, promovendo o cuidado com a comunidade de vida, a integridade dos ecossistemas, a justiça econômica, a equidade social, étnica racial e de gênero, e o diálogo para a convivência e a paz. Incentiva à pesquisa e à apropriação de instrumentos pedagógicos e metodológicos que aprimorem a prática discente e docente.

#### **7) Programa Ensino Médio Inovador – PROEMI:**

Filosofia: Apoia e fortalece o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de Ensino Médio, ampliando o tempo dos estudantes na escola e

buscando a formação integral com a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico, visando o atendimento às demandas da sociedade contemporânea.

#### **8) Programa Nacional Livro Didático – PNLD:**

Filosofia: Garante legalmente o acesso ao livro didático, para fins de transformar e ampliar o modo de fazer ciência e educação de qualidade, subsidiando o trabalho pedagógico de professores da rede pública de ensino.

#### **9) Programa Mais Educação - PME:**

Filosofia: Desenvolve ações para elevar o desempenho das escolas que apresentam baixo índice de desenvolvimento educacional por meio de atividades optativas, garantindo maior tempo escolar para as crianças e adolescentes.

#### **10) Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE:**

Filosofia: O Plano de Desenvolvimento da Escola é um processo gerencial de planejamento estratégico que a escola desenvolve para melhoria da qualidade de ensino. É elaborado de forma participativa, com todos que fazem a comunidade escolar. O Plano de Desenvolvimento da Escola, na Modalidade PDE Interativo foi desenvolvido pelo Ministério da Educação – MEC, em parceria com as Secretarias de Educação, para ser uma ferramenta de Planejamento de Gestão Escolar na implementação de ações voltadas para a elevação de Índice de Desenvolvimento Educacional.

A metodologia dá ênfase ao diagnóstico, que permite uma visão geral das dificuldades mostrando os resultados que a escola alcançou no último IDEB, cuja análise possibilita o planejamento de ações futuras. Seu objetivo é auxiliar a comunidade escolar (gestores, professores e profissionais de apoio da escola) a produzirem um diagnóstico de sua realidade e a definirem ações para aprimoramento da gestão e o processo ensino e aprendizagem.

#### **11) Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio – PNEM:**

O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, instituído pela Portaria nº 1.140, de 22 de novembro de 2013, representa a articulação e a coordenação de ações e estratégias entre a União e os governos estaduais e distrital, na formulação e implantação de políticas públicas para elevar o padrão de qualidade do Ensino Médio brasileiro, em suas diferentes modalidades, orientado pela perspectiva de inclusão de todos que a ele tem direito.

## **12) Sistema Integrado de Administração de Escolas Públicas – SIAEP:**

Filosofia: O Sistema Integrado de Administração de Escolas Públicas - SIAEP constitui-se numa poderosa ferramenta de apoio a toda comunidade educacional, professores, alunos, técnicos administrativos, disponibilizando informações importantes como boletim, histórico escolar, horários de aula de professores e alunos, acompanhamento de carga-horária de disciplinas, cadastro de notas, situação disciplinar de alunos bem como acesso a todos os dados pertinentes ao ensino. O objetivo do SIAEP: Ser a principal ferramenta utilizada para a gestão de informações de todas as atividades básicas nas unidades de ensino do estado atendendo a necessidade dos diretores, supervisores, coordenadores, professores, pais de alunos e os próprios alunos.

### **4.3 A clientela da EJA no CE Estado de Pernambuco**

O Centro de Ensino recebe alunos de inúmeros bairros da cidade de Santa Inês. É oferecido, aos estudantes, a possibilidade de conclusão do ensino básico em dois anos, numa proposta de aceleração dos estudos. O público é muito variado, pois abrangem pessoas desde os dezoito anos até as idades mais avançadas.

Os estudantes da EJA que recorrem ao CE Estado de Pernambuco são, majoritariamente, oriundos de famílias de baixo poder aquisitivo, que veem nos estudos a oportunidade de obtenção de sucesso profissional e, desse modo, oferecer melhores condições de vida à família.

Sabe-se que Santa Inês é uma cidade, essencialmente, comercial. A presença de comerciários domina os números nas salas de aula. O trabalho árduo no comércio é fator gerador de dificuldades de aprendizagem, tendo em vista que os estudantes, geralmente, se deslocam diretamente do local de trabalho para a escola, sem ter sequer tempo para almoçar ou jantar.

A reclamação por falta de comida é constante entre os alunos. O lanche oferecido no intervalo entre as aulas não contempla a necessidade nutricionais e as queixas são recorrentes. O lanche é composto, basicamente, por frutas, na maioria das vezes melancia e banana, e em quantidade insuficiente e achocolatados com biscoitos, o que, pondera-se, não é capaz de suprir as necessidades de alimentação de uma pessoa adulta.

O acolhimento é imprescindível para esses estudantes, alguns estão há muito tempo sem frequentar a escola, alguns alunos muitas vezes demonstram carência de afetividade, de motivação e, por isso, tendem a respeitar mais o professor, a depositar mais

confiança no que é transmitido. Esse respeito demonstrado faz toda a diferença no trabalho desenvolvido.

O trabalho precisa ser voltado para as necessidades e expectativas dos próprios estudantes, considerando suas experiências, vivências e conhecimento de mundo. É importante, ainda, que existam ações no sentido de fortalecer os conteúdos de leitura, escrita e cálculo. Os estudantes têm grandes dificuldades, mas, a maioria tem uma grande vontade de aprender.

Defende-se, aqui, a elaboração de uma proposta diferenciada para esses estudantes, construída a partir da escrita desses estudantes, no contexto escolar.

Diante das dificuldades apresentadas, os índices de aproveitamento não são bons. Segundo os professores, a grande maioria desiste ao longo do ano, é preciso driblar os problemas e motivar os estudantes.

## 5 PESQUISA E ANÁLISE DE DADOS

Constata-se, através dos questionários aplicados no CE Estado de Pernambuco, que o coordenador pedagógico tem sido um agente articulador do diálogo, atento às transformações da comunidade escolar, procurando promover a reflexão em torno das relações escolares e da transformação da prática pedagógica, ou seja, tem sido elemento mediador entre o currículo e professores, seu papel principal tem sido o de oferecer condições para que os professores trabalhem coletivamente as propostas curriculares, em função de sua realidade, o que não é fácil, mas possível de acordo com a proposta contida no Projeto Político Pedagógico (PPP). Pode-se dizer que a Coordenação tem, sobretudo, desempenhada quatro funções: mediadora, articuladora, formadora e transformadora dentro do Centro de Ensino.

Outrossim, no que se refere a organização do trabalho pedagógico, a escola procura estabelecer e ampliar, cada vez mais, as relações sociais, fazendo com que a comunidade escolar, aos poucos, tenha capacidade de articular seus interesses, em respeito a diversidade e desenvolvendo atitudes que contribuam para a formação humana integral.

O Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) tem como objetivo destacado no Centro de Ensino, promover a troca de experiências profissionais, possibilitando assim, a reflexão sobre a prática docente para que seja viável e se torne concreto o aperfeiçoamento individual e coletivo dos estudantes.

Observa-se que o coordenador pedagógico do Centro de Ensino tem procurado fazer essa articulação. No entanto, percebe-se que tem sido um desafio, o professor coordenador pedagógico acredita, bem como todos os participantes do HTPC, que devem ter em mente que as reuniões são importantes instrumentos para a melhoria da qualidade no processo ensino-aprendizagem e integração da equipe de professores, e sendo assim ele se torna um meio de obtenção de resultados de desempenho através do trabalho conjunto.

Destaca-se que um dos avanços do coordenador pedagógico junto ao corpo docente é a socialização das informações e a troca de experiências. Através do diálogo aberto, tem-se discutido as dificuldades dos estudantes e que tange as aprendizagens e a inclusão desses estudantes (EJA) no contexto escolar, tornando-se notório também o avanço no que se refere ao nível de letramento.

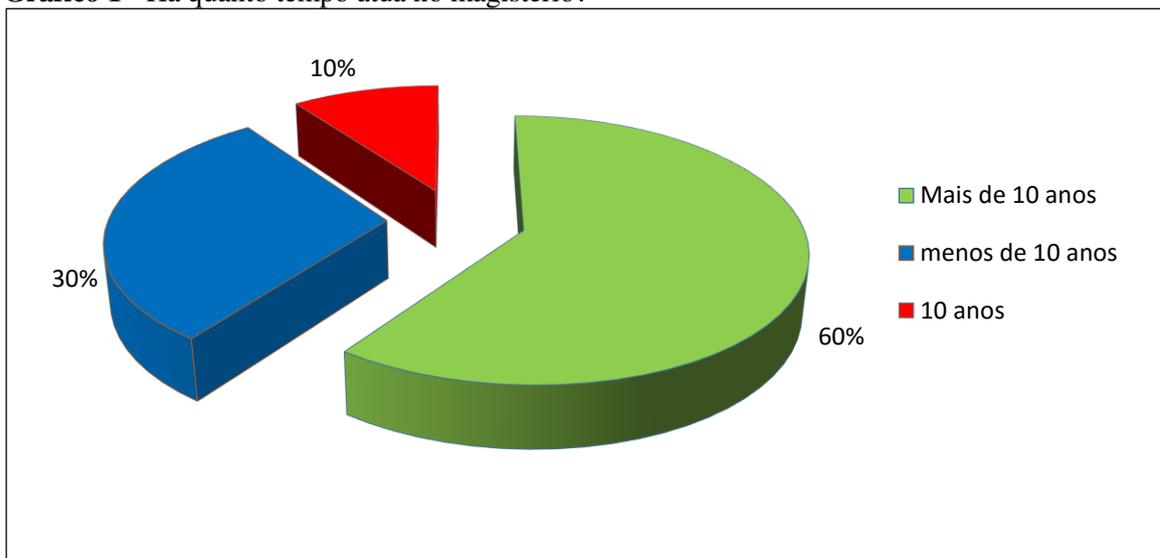
Esta pesquisa foi realizada entre os dias 12 de setembro a 20 de outubro de 2016, em dias alternados com a utilização de questionários aplicados a nove docentes e um coordenador pedagógico que atuam na I e II etapas do CE Estado de Pernambuco. Os

questionários aplicados aos professores e ao coordenador pedagógico constam de 11 perguntas com abertura para comentários.

As primeiras questões referem-se à identificação dos professores e do PCP e seu grau de formação profissional. Quanto a isso, nota-se uma faixa etária bastante diversificada, com idades variando de 27 a 54 anos, devido ao tempo de serviço; todos possuem graduação e especialização em áreas diversas, apenas um fez especialização na área de jovens e adultos. A faixa etária denota que os docentes que trabalham com a modalidade são pessoas com experiência considerável, embora a maioria tenha migrado para a EJA por questões de carência de educadores específicos para a modalidade, ou por opção da Unidade Regional de Educação, apêndice da rede estadual que coordena as ações educativas do núcleo estadual.

O gráfico a seguir foi aplicado ao coordenador pedagógico e aos professores para colação de dados sobre o tempo de atuação no Magistério.

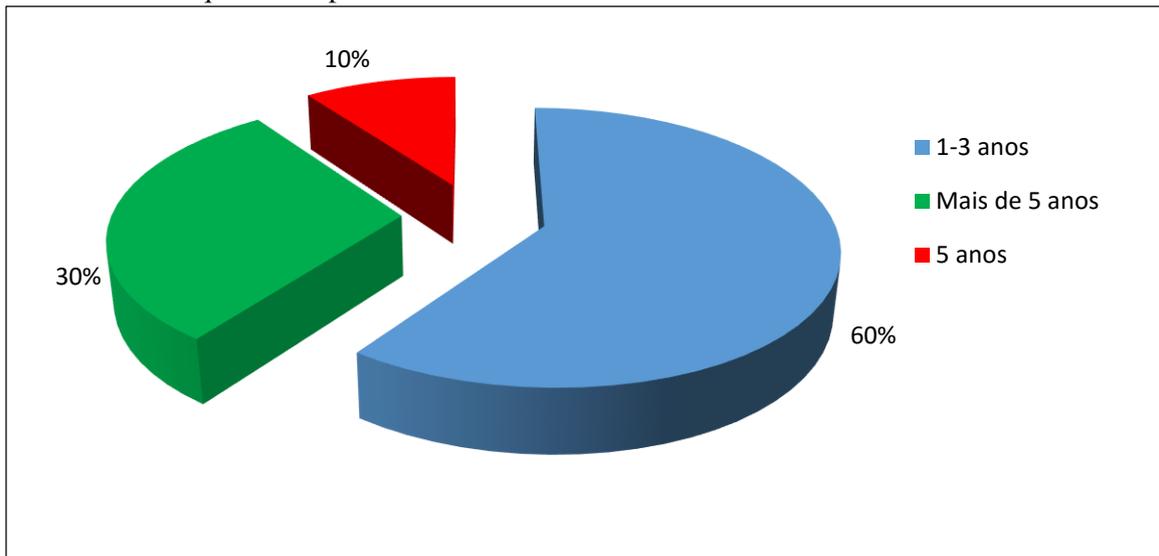
**Gráfico 1** - Há quanto tempo atua no magistério?



Fonte: Autora da pesquisa.

Quando a pergunta referiu-se ao tempo de atividade de cada um, no magistério, percebe-se uma grande variação: 30% com menos de dez anos, 10% com dez anos e 60% mais de dez anos. O coordenador pedagógico destacou que atuava como professora de Língua Portuguesa há 10 anos na escola e que, pela necessidade da pessoa do coordenador pedagógico, assumiu a função, tendo, para isso, que fazer o curso de Pedagogia, pela exigência da Unidade Regional de Educação para ocupação do cargo.

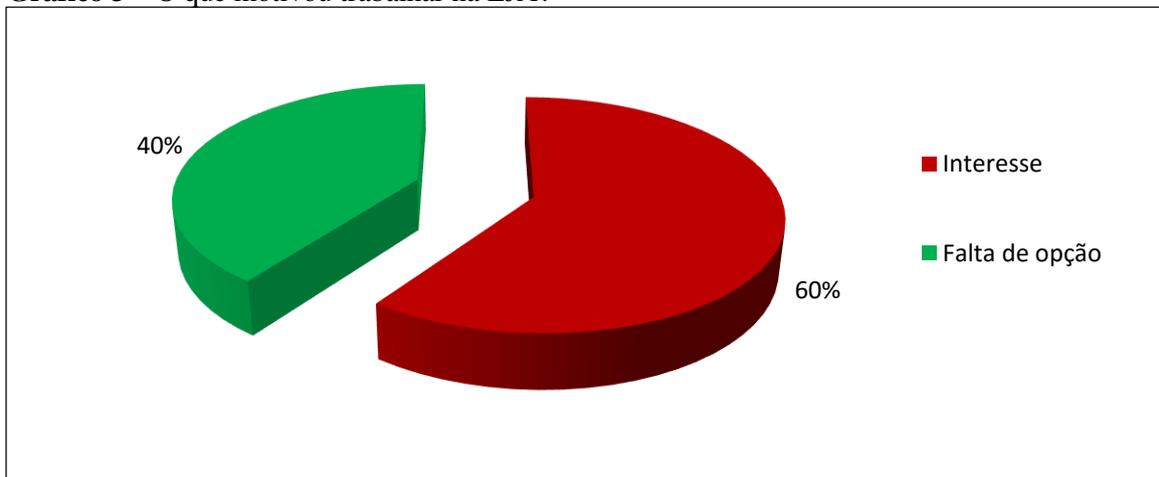
O gráfico 2 trata-se de uma pesquisa sobre o tempo de atuação do coordenador pedagógico e professores na modalidade EJA.

**Gráfico 2** – Há quanto tempo atua na EJA?

Fonte: Autora da pesquisa.

Quanto a atuação na EJA 60% afirmou que atuam de um a três anos, 10% cinco anos e 30% mais de 5 anos de atividade com este público. Este fato leva a hipótese de que a EJA acaba sendo um laboratório para muitos professores e isso é um agravante para o desdobramento do trabalho do coordenador pedagógico, porque os professores não tem uma formação específica para o trabalho com essa clientela. O coordenador pedagógico afirmou que atua na EJA desde que a escola passou a ofertar a modalidade. Já em relação a sua atuação como coordenador pedagógico na EJA, está com apenas 2 anos de exercício.

O gráfico abaixo refere-se às motivações do coordenador pedagógico e professores para iniciar a trabalhar na modalidade EJA.

**Gráfico 3** – O que motivou trabalhar na EJA?

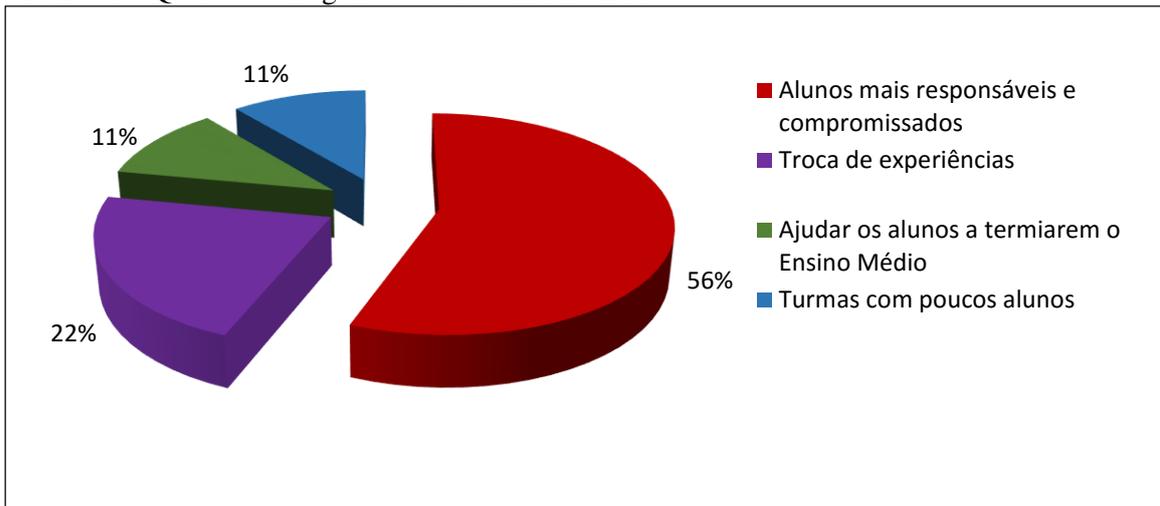
Fonte: Autora da pesquisa.

Quando a pergunta foi o que o motivou a trabalhar com a EJA, 60% disse que o

trabalho era da área de interesse e 40% porque a escola passou a oferecer essa modalidade, então tiveram que migrar do ensino médio regular para atender a uma necessidade da Unidade Regional de Educação. Consta-se que tanto o coordenador pedagógico quanto os professores migraram para a EJA pela necessidade de profissionais atuantes na modalidade.

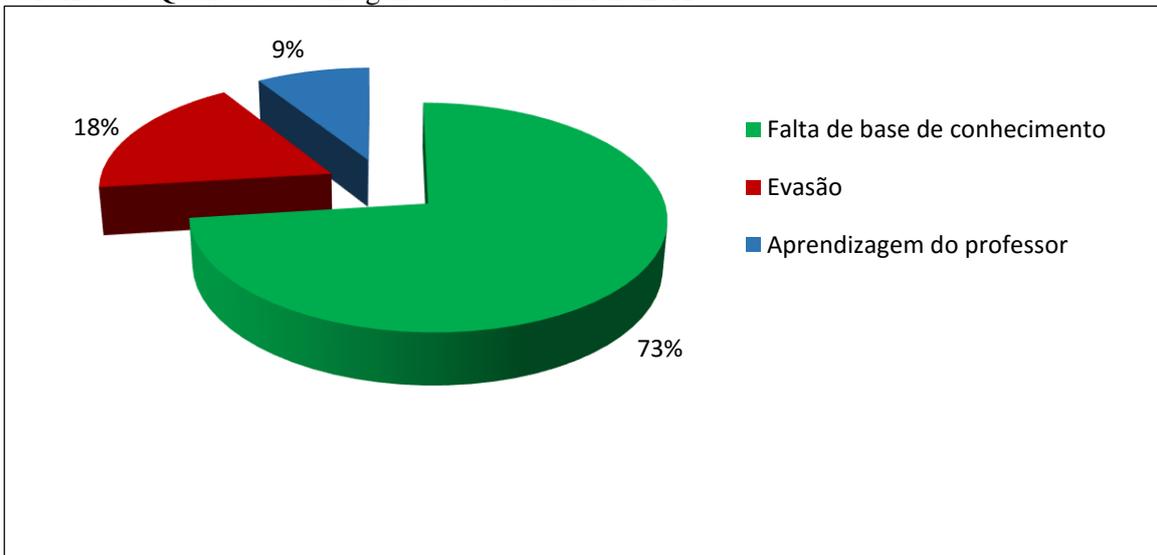
Os gráficos a seguir referem às vantagens e desvantagens observadas pelo coordenador pedagógico e professores em trabalhar na EJA.

**Gráfico 4 –** Quais as vantagens de se trabalhar na EJA?



Fonte: Autora da pesquisa.

**Gráfico 5 -** Quais as desvantagens de se trabalhar na EJA?



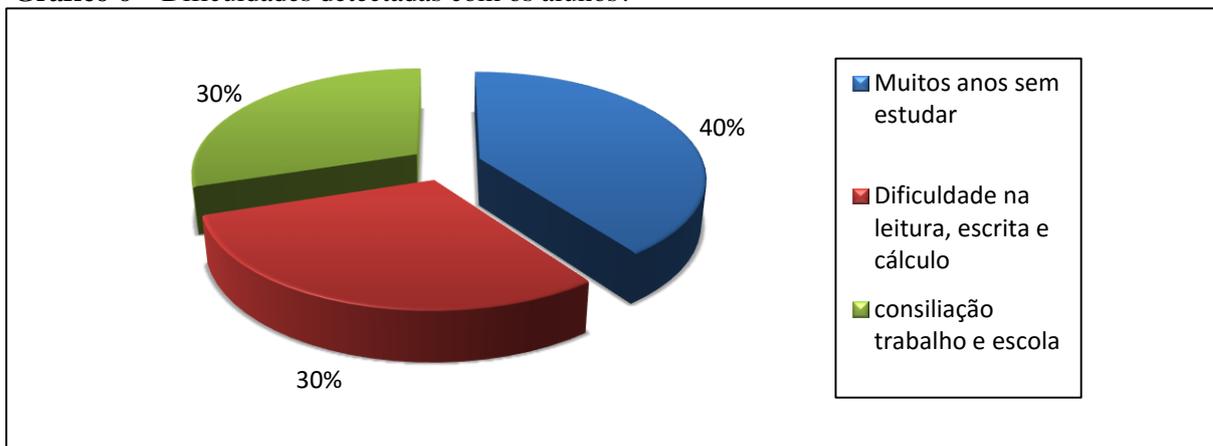
Fonte: Autora da pesquisa.

Sobre as vantagens de trabalhar com a modalidade os mais jovens ressaltam a experiência com pessoas maduras e o respeito que estes tem para com o professor, algo que

não é apreciado na educação de adolescentes, segundo eles; os professores mais antigos reiteram que o respeito dos alunos da EJA é bem maior, mesmo que a aprendizagem não seja tão eficiente. Outros aspectos foram citados, entre os quais: a vontade de aprender dos alunos, a disciplina e responsabilidade, afetividade, a valorização do ser humano, contribuição para a inclusão do estudo na sociedade e no trabalho. O coordenador pedagógico destacou que os estudantes da EJA são pessoas comprometidas, responsáveis e o respeito que demonstram pelos professores e pelo próprio coordenador é bem maior do que o dos alunos do ensino médio regular. Em relação as desvantagens 9% afirmaram que a formação específica do professor para trabalhar com a modalidade, 18% ressaltaram o alto índice de evasão durante o ano e 73% afirmaram que a falta de conhecimento dos conteúdos básicos e um sério problema para a aprendizagem dos estudantes. Em relação aos entraves, tanto o coordenador pedagógico quanto os professores concordam que a falta de conhecimento dos conteúdos conceituai básicos e a evasão se constitui o grande problema.

O gráfico 6 se refere às dificuldades detectadas pelo coordenador pedagógico e professores em relação aos estudantes.

**Gráfico 6** – Dificuldades detectadas com os alunos?



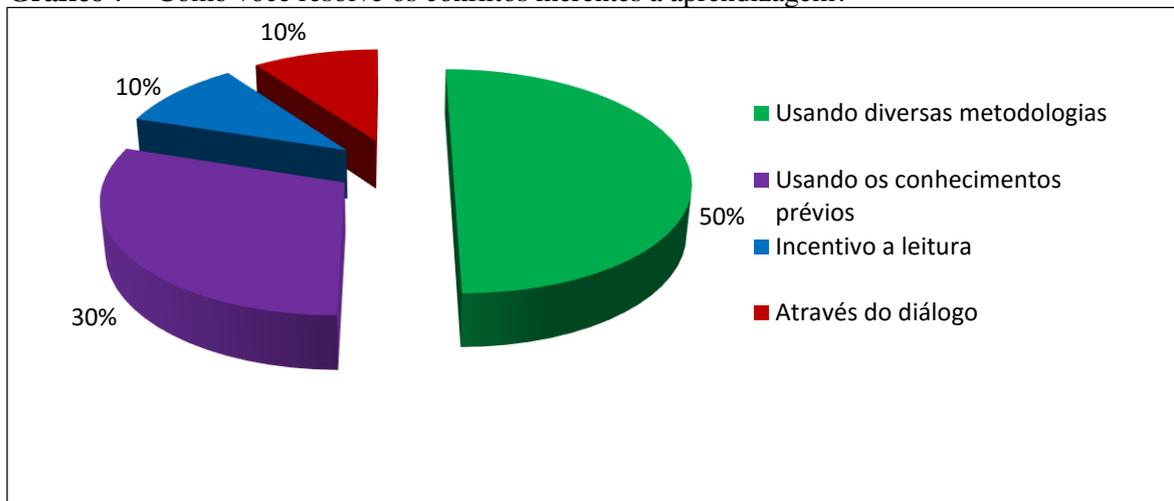
Fonte: Autora da pesquisa.

Sobre as principais dificuldades detectadas com os estudantes, o coordenador pedagógico e os professores não citaram a questão da disciplina. As maiores dificuldades por eles foram: 40% dos estudantes estão a muitos anos sem estudar, 30% apresentam grande dificuldades na leitura, escrita e calculo e 30% a conciliação entre o trabalho e a escola. Muitos alunos, por trabalharem em serviços pesados, sem proteção contra o sol, chegam a noite muito cansados e costumam ter dores de cabeça ou dormir sobre a cadeira, os que trabalham no comércio também reclamam de cansaço e falta de disposição para estudar. O

coordenador pedagógico considera como entrave dessa clientela o alto índice de evasão escolar. Destaca que é um grande desafio que se alcance através da formação continuada em serviço; a inovação das aulas, tornando-a atrativas e motivadoras, as metodologias e estratégias mais eficientes e eficazes para melhoria do rendimento escolar. Ressalta que seriam formas de auxiliar na complicada tarefa de manter esse estudante na escola.

O gráfico a seguir refere-se a postura do coordenador pedagógico e professores na resolução de conflitos inerentes à aprendizagem.

**Gráfico 7** – Como você resolve os conflitos inerentes à aprendizagem?

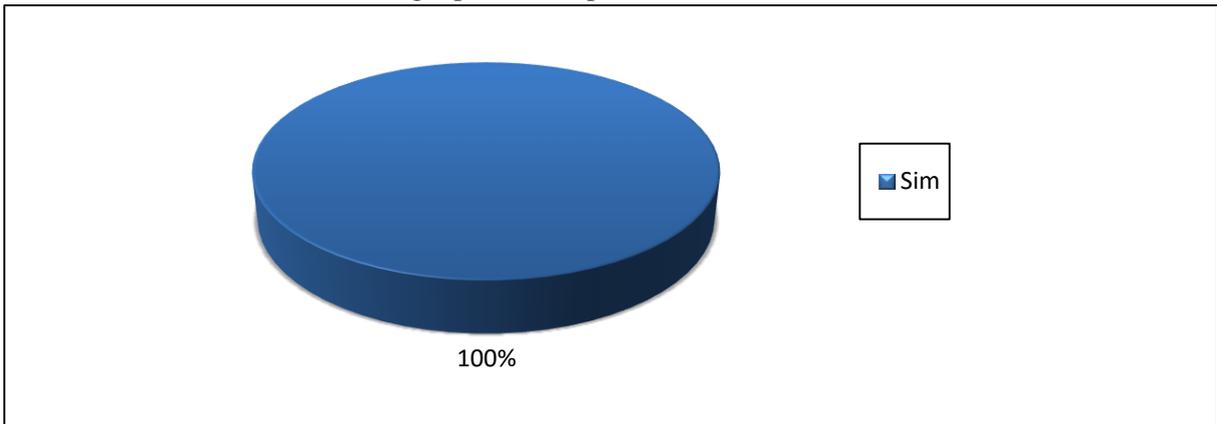


Fonte: Autora da pesquisa.

Os conflitos inerentes à aprendizagem são tratados com muita conversa, com trabalhos extraclasse e outras estratégias. Fica destacados pelo professores que dez por cento media-se através do diálogo entre coordenador pedagógico-professor-estudante, 10% afirmaram que através das atividades de leitura, 50% citou o uso de metodologias diversas e 30% propondo atividades relacionadas ao conhecimento prévio dos estudantes. Em relação aos conflitos, percebe-se que o coordenador pedagógico tem procurado desenvolver ações preventivas no intuito de tornar as relações e o ambiente escolar harmonioso, procurando lidar por meio da prática do diálogo e da mediação dos conflitos.

O gráfico 8 diz respeito a opinião do coordenador pedagógico e professores sobre a ausência de tecnologia e sua superação através de outras atividades.

**Gráfico 8** – A ausência de tecnologia pode ser superada com outras atividades?

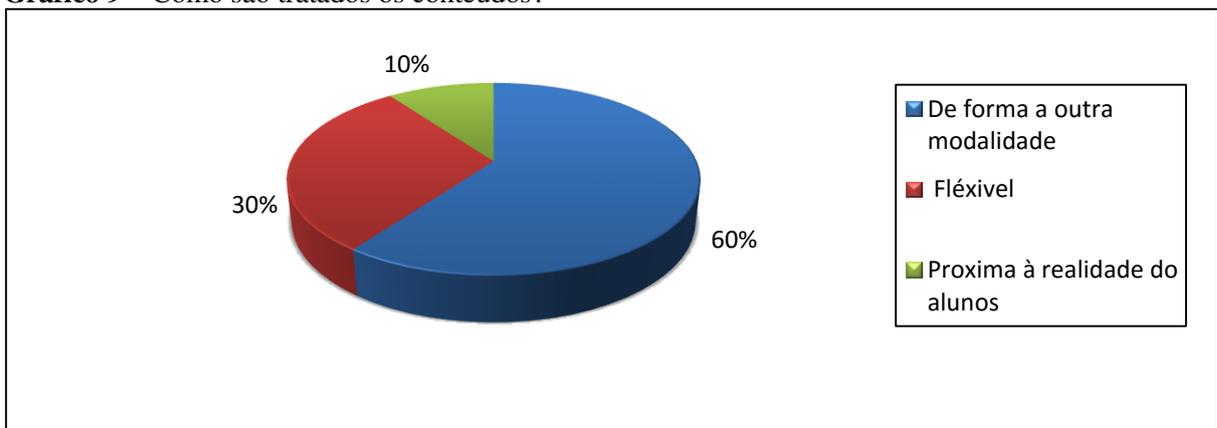


Fonte: Autora da pesquisa.

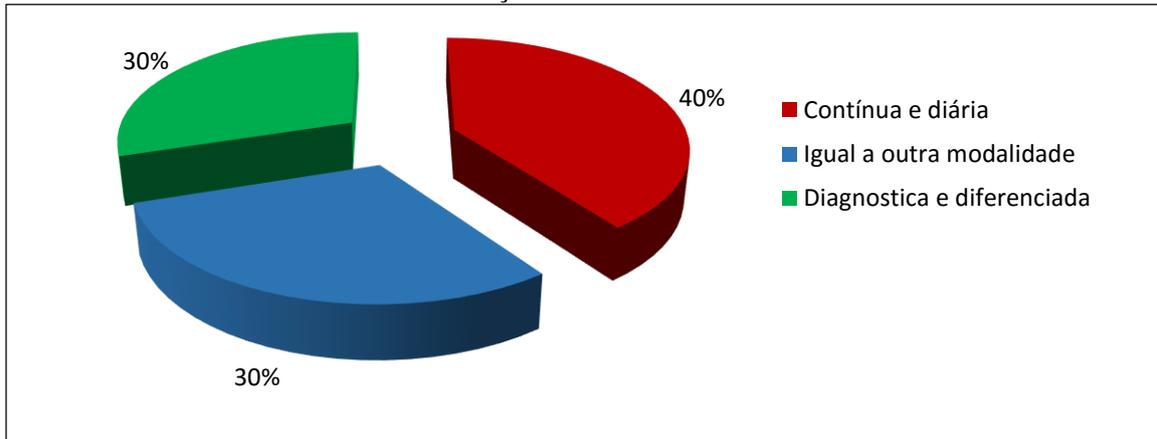
Quando perguntados se a ausência de tecnologia poderia ser superada por outras atividades, o coordenador pedagógico e todos os professores responderam que “sim”. O coordenador pedagógico ressalta, entretanto, que a ausência de tecnologias fundamentais na escola é um grande complicador, pois vive-se em um mundo cercado pela tecnologia, as Diretrizes e Parâmetros citam que a mesma deve ser valorizada e a escola não possui computadores para os estudantes, o que inviabiliza o acesso à Internet. É destacado, ainda, que com os recursos audiovisuais, os estudantes aprenderiam com mais facilidade.

O gráfico a seguir refere-se a forma como são tratados, pelo coordenador pedagógico e professores, os conteúdos e a avaliação.

**Gráfico 9** – Como são tratados os conteúdos?



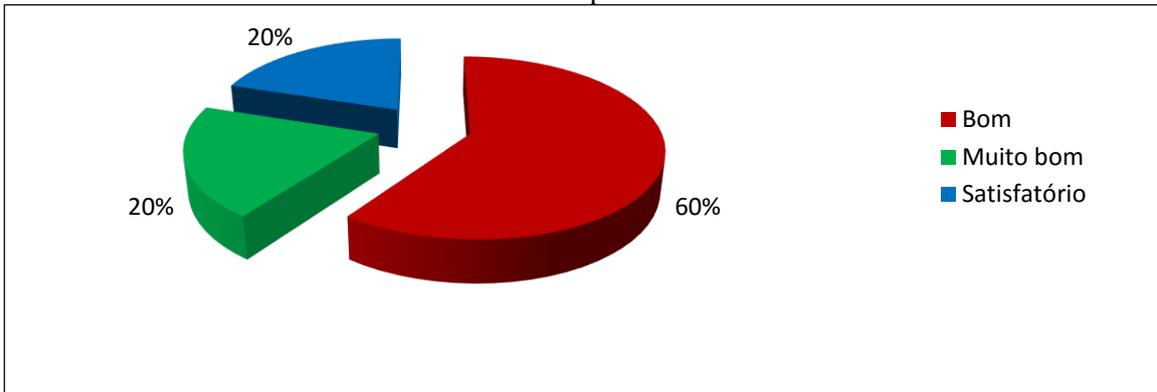
Fonte: Autora da pesquisa.

**Gráfico 10** – Como são tratadas as avaliações?

Fonte: Autora da pesquisa.

Perguntou-se: como são tratados os conteúdos e a avaliação? 60% respondeu que está adequada a realidade-material específico, porém resumido, 30% ressaltou a flexibilidade dos conteúdos e 10% afirmou que são adequados a realidade dos estudantes. Os professores foram unânimes, porém, sintéticos, ao afirmar que o conteúdo está direcionado para a realidade do aluno, priorizando o mercado de trabalho, daí toda metodologia voltada para este objetivo, interligando sempre que possível ao uma prática pedagógica consciente, visando o processo ensino e aprendizagem satisfatória. Sobre os conteúdos, destaca o coordenador pedagógico que há muito a ser feito para que o estudante adquira uma base conceitual adequada tanto para sua formação pessoal quanto para seus estudos posteriores. Em relação a avaliação, os professores disseram que levam em conta o desenvolvimento sociocognitivo, de acordo com os objetivos propostos no PPP do centro de ensino; 40% destacou que deve ser diagnóstica e diferenciada, 30% que fosse contínua e diária e 30% ressaltou que deve ser igual a modalidade do ensino médio regular. O coordenador pedagógico acentuou que os professores necessitam de formação continuada em relação a forma de avaliar os estudantes, principalmente em se tratando da modalidade EJA.

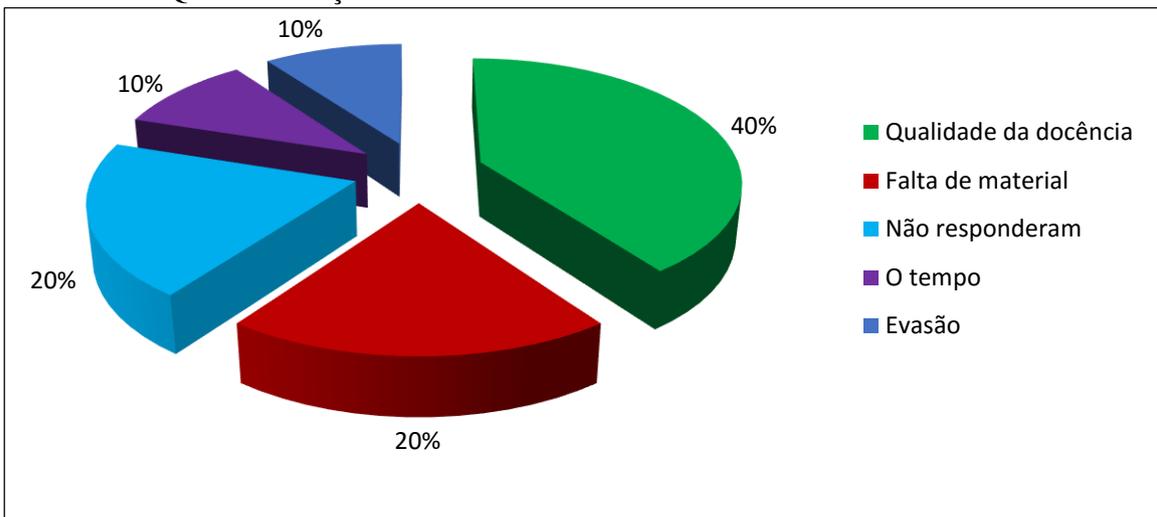
O gráfico 11 trata de uma análise dos resultados obtidos pelos alunos.

**Gráfico 11** – Como analisa os resultados obtidos pelos alunos?

Fonte: Autora da pesquisa.

Ao serem perguntados sobre como se analisa o resultado obtido pelos alunos, os 60% dos professores considerou bom, 20% considerou satisfatório e 20% considerou muito bom. Durante cerca de quatro semanas de observação da rotina no CE Estado de Pernambuco foram percebidas no processo educativo, estudantes com uma base deficiente para o ensino médio, escola com estrutura precária e alguns professores reclamam do material didático simplificado. Frente a essa realidade encontram-se o coordenador pedagógico e os professores que se esforçam para realizar seu trabalho a contento, mas que também admitem encontrar dificuldades na condução dos trabalhos. Diante desses desafios, o perfil dos educadores condiz com a realidade.

O gráfico 12 refere-se aos avanços e desafios percebidos pelo coordenador pedagógico e professores da EJA.

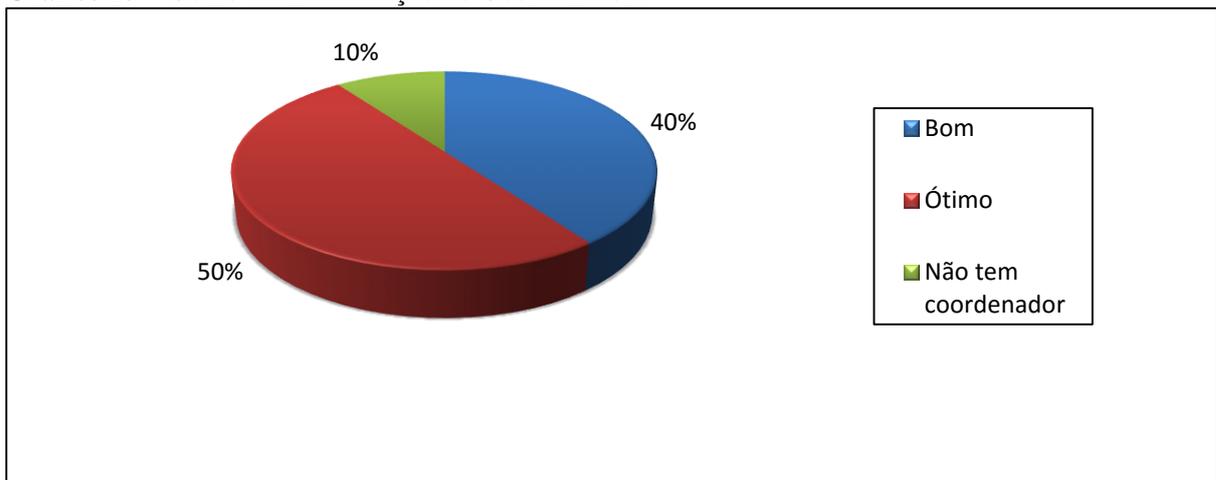
**Gráfico 12** – Quais os avanços e desafios?

Fonte: Autora da pesquisa

Estatisticamente, 40% considerou a qualidade da docência, 20% a falta de material, 10% a evasão, 10% o tempo e 20% não respondeu. Na questão sobre os avanços e os desafios em relação qualidade da aprendizagem dos estudantes, considera-se com avanço a melhoria da leitura, escrita e como grande desafio, o processo de formação continuada dos professores, a inovação das aulas tornando-as atrativas e motivadoras, contando com ferramentas e estratégias eficientes, uso de espaço e tempo escolares de forma qualitativa, adequação de recursos e materiais didáticos para auxiliar na complicada tarefa de manter esse estudante na escola. O coordenador pedagógico destacou como desafio diminuir o índice de evasão, que é extremamente alto; como avanço, destacou a melhoria do letramento dos estudantes.

O gráfico 13 trata-se de uma avaliação da atuação do coordenador pedagógico pelos professores.

**Gráfico 13** – Como avalia a atuação do Coordenador?



Fonte: Autora da pesquisa

Quando a pergunta referiu-se a avaliação da atuação do coordenador pedagógico, 40% respondeu que é boa, 50% disse que era ótima e 10% considerou que a escola ainda não possui a pessoa do professor coordenador pedagógico. Subtende-se então que esse profissional ainda não é reconhecido e valorizado como se espera dentro do contexto escolar.

Percebe-se no depoimento do coordenador pedagógico e dos professores, que eles veem mais pontos positivos do que negativos no trabalho com jovens e adultos. Quase todos destacam o fator interesse do estudante como elemento motivador. Embora durante a pesquisa tenha se notado um certo inconformismo de alguns com as condições oferecidas pela escola, percebe-se que esses profissionais têm se esforçado para cumprir suas metas.

O coordenador pedagógico, desse modo, é guarda-torre e o timoneiro ao mesmo tempo, pois, cabe a ele, além de indicar o caminho com seu planejamento, conduzir o barco e sua tripulação a um porto seguro.

No esforço de uma prática docente planejada, o professor vive um processo constante de tomada de decisões de naturezas variadas, entre elas decisões sobre o tipo de atividade e de agrupamento a ser proposta aos alunos, o encaminhamento das tarefas e as intervenções a serem realizadas durante a aula (LEAL; ALBUQUERQUE, 2006, p.134).

Diante da necessidade de tomada de decisões, o coordenador pedagógico precisa saber previamente quais os saberes do estudante sobre este ou aquele assunto, qual pedagógica e prever quais resultados podem ser alcançados com tal intervenção.

Leal e Albuquerque (2006, p.136) esboçam uma reflexão: “Os diagnósticos, ao cumprirem duas funções essenciais – acompanhar o desenvolvimento do aluno e nortear a prática pedagógica –, podem ser grandes aliados na ação cotidiana docente”.

Sabe-se que não é fácil realizar em curto tempo um diagnóstico de uma turma abarrotada de estudantes, e este é mais um dos grandes desafios do educador, ao qual ele precisa dar uma atenção especial.

Alguns estudantes têm problemas familiares, como filhos viciados e abandono por parte do parceiro(a). Esse conjunto de fatores gera problemas das mais diversas ordens para o aprendizado, na opinião do coordenador pedagógico e dos professores. Outra dificuldade apresentada é a questão da frequência: é muito comum estudantes se matricularem, frequentarem algumas semanas e desaparecerem da escola, para só reaparecerem em época de avaliações, ou na reta final do ano letivo.

O coordenador pedagógico e os professores precisam se reinventar para atender à crescente demanda que recai sobre si. E esse estado de coisas reflete o desinteresse público por questões cruciais de uma sociedade, como a educação. A negligência tende a fazer com que o coordenador pedagógico e o professor se moldem, mediante seu próprio aprendizado, às exigências dessa sociedade cada vez mais complexa, conforme defende Gadotti (2011, p.74-75).

Enquanto o saber sistematizado, com densidade epistemológica, pode ser adquirido em cursos, treinamentos e capacitações, o ser educador vai se construindo com o saber adquirido na teia de relações historicamente determinadas, que vão construindo as dúvidas, perplexidades, convicções e compromissos. Por isso, não há como fugir de uma análise de inserção do professor na sociedade concreta, abordando todas as dimensões do seu papel – atribuído ou conquistado.

E que papel é esse, citado pelos autores referidos? Tantas são as atribuições do coordenador pedagógico e professor, que atualmente fica difícil definir qual a dimensão de seus papéis, que diariamente se depara com questões que envolvem a psicologia, a engenharia, a força e a negociação – esta a base de tudo. Negociar tem se mostrado uma saída inteligente para a continuidade das boas relações entre aluno e gestão.

Durante cerca de seis semanas de observação da rotina do C.E. Estado de Pernambuco foram percebidas graves falhas no processo educativo: estudantes com nível de conhecimento insuficiente ingressando no Ensino Médio, escola com estrutura precária e material didático inadequado.

Frente a essa realidade encontram-se o coordenador pedagógico e os professores que se esforçam para realizar seu trabalho a contento, mas que também admitem encontrar dificuldades na condução dos trabalhos. Diante desses desafios o perfil do coordenador pedagógico e dos educadores condiz com a realidade, com a acomodação quando sabem que pouco adianta reclamar.

O papel do coordenador pedagógico e dos professores, nesse caso, acaba não sendo cumprido efetivamente, pois a ação deles depende de vários outros fatores, como condições ambientais apropriadas, tecnologias disponíveis e participação dos estudantes.

Quando foram efetivados na Educação de Jovens e Adultos, o coordenador pedagógico e os educadores não foram consultados previamente, nem preparados adequadamente para lidar com os conflitos inerentes à função.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos estabelecem, no item VIII, referente à formação docente, que o preparo deste profissional deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Ressaltando as especificidades dos sujeitos da EJA recomendam: [...] os docentes deverão se preparar e se qualificar para a constituição de projetos pedagógicos que considerem modelos apropriados a essas características e expectativas (SOARES, 2006b, p. 130).

A citação destoa da realidade dos docentes do CE Estado de Pernambuco. Alguns já atuam na EJA há alguns anos e nunca passaram por uma qualificação, isso certamente terá reflexos na condução do processo educativo.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno da globalização e suas nuances de feitio neoliberal determinaram, a partir do final do século XX, o fenômeno da transformação social e as mudanças no mundo do trabalho. As transformações sociais ocorridas neste início de século provocaram mudanças radicais na vida social.

Hoje nos deparamos com novas exigências para a organização da sociedade. A hegemonia do mercado requereu e requer maior competitividade das empresas e instituições e a primeira crise da globalização neoliberal abalou os mercados mundiais por mais de um ano, trazendo novidades inesperadas para os negócios. Nesse cenário movem-se também as determinações no campo da educação. O Brasil como país emergente, tem feito nas últimas décadas um esforço imenso para modificar, por meio da ampliação das políticas públicas sociais, o processo de inclusão social. Quanto mais as políticas de educação, o atual governo tentou regular as iniciativas para o setor da educação com finalidade de permitir ao país a inserção na disputa internacional.

Assim, mecanismos institucionais passaram a fazer parte da agenda da reforma da educação. O Conselho Nacional de Educação e o Ministério da Educação e Cultura assumiram medidas para modernizar a educação brasileira, como por exemplo: a definição dos conteúdos de ensino com a edição dos Parâmetros Curriculares Nacionais ( PCN ), o aumento do tempo passando a escolaridade básica de oito para nove anos, a destinação de cursos específicos para a educação por meio do FUNDEF, agora renovado pelo FUNDEB, a instituição da avaliação em todos os níveis do ensino (SAEB, Prova Brasil, Provinha Brasil ANA, ENEM e ENADE), a definição do piso nacional para professores da escola básica dentre outras. Talvez essas foram as principais medidas adotadas nos últimos anos que nos provocaram uma releitura da escola.

As mudanças decorrentes da reforma educacional (meados de 1990) geraram a necessidade de transformação na estrutura organizacional das escolas. Novas exigências envolvendo novos paradigmas – a gestão democrática – passaram a ser evidenciadas.

A Constituição Federal (1988), no seu artigo 206, institui a “gestão democrática no ensino público” (inciso VI), “igualdade de condições para todos” (inciso I) e “garantia de padrão de qualidade” (inciso VII). Em consonância a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), no artigo 15, define os princípios da gestão democrática: “participação dos profissionais da educação” (inciso I) e “participação da comunidade escolar e local” (inciso II).

Ressalta-se que elementos como: acesso, permanência e qualidade são aspectos imprescindíveis para a aprendizagem dos alunos. Não adianta apenas a garantia do acesso, mas é direito do cidadão permanecer na escola e ter uma educação de qualidade. Para tanto, é indiscutível a necessidade da escola ter uma estrutura organizacional que favoreça essa qualidade social citada. Fundamental é que, nesse contexto, não se perca de vista a participação de todos os envolvidos no sistema educativo para que favoreça a qualidade da educação.

No entanto, constata-se que a educação, como campo da contradição, revela que sérias questões estão colocadas na ordem do dia, tais como: a democratização e a universalização da escola não permitiram a elevação da qualidade do ensino. Na agenda do Estado, ainda falta muito no que diz respeito à prioridade com a educação. Como se explica priorizar a educação tendo como fim o desenvolvimento do país e não se ter valorização do professor? A priorização no ambiente escolar do professor coordenador pedagógico? A valorização não deve ser resumida somente ao salário, mas ao bem-estar docente e às condições necessárias ao desempenho do seu trabalho. Entretanto verifica-se que falta muito a ser alcançado, um ideal de bem-estar do trabalho educativo. Isso remete a formação contínua, condições favoráveis de trabalho e um investimento responsável na qualidade da educação brasileira.

Considerando que a organização e estrutura do sistema educacional no Brasil passaram por rápidas transformações, a gestão da escola deve seguir outros rumos. Na escola, cabe ao coordenador pedagógico assumir o papel de mediador do Projeto Político Pedagógico. Tem a função ainda de acolher o professor e proporcionar um ambiente favorável ao seu desempenho profissional.

Ressalta-se que através da pesquisa realizada pode-se constatar que falta aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos base conceitual dos conteúdos, o alto índice de evasão em virtude da falta de uma proposta diferenciada para esses estudantes; em relação aos professores, a necessidade de uma formação específica para a modalidade e em relação ao coordenador pedagógico, apoio por parte da SEDUC/URE para o desenvolvimento de um trabalho mais eficiente e eficaz. Constata-se, ainda, que o coordenador pedagógico precisa construir sua identidade profissional, visualizar com exatidão dentro do contexto escolar seu campo de atuação e ter autonomia no exercício da função.

Percebe-se que no Centro de Ensino Estado de Pernambuco, apesar do coordenador pedagógico desenvolver um trabalho de qualidade, muitos são os pontos desfavoráveis – espaço e tempo escolar, proposta pedagógica diferenciada para a EJA – que

dificultam o bom andamento das ações e metas destacadas como prioritárias no Projeto Político Pedagógico do centro. Constata-se em relação à Educação de Jovens e Adultos a falta de formação específica para o trabalho com a modalidade (tanto do professor coordenador pedagógico, quanto dos professores). Sente-se na fala deles o eco, como se estivessem “apagando incêndio”. Seria bastante relevante que nos momentos de estudos do coordenador pedagógico e dos professores (HTPC) da escola as reflexões fossem voltadas para a clientela da EJA.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. **O Papel da Pesquisa na Formação e na Prática dos Professores**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2006. (Série Prática Pedagógica).

ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. O déficit cognitivo e a realidade brasileira. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998. p. 44.

BARBOSA, Laura Monte Serrat. **Psicopedagogia: um diálogo entre a psicopedagogia e a educação**. 2. ed. Curitiba: Bolsa Nacional do livro, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de Julho de 1934). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm)>. Acesso em: 22 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 22 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 2.619 de 16 de janeiro de 1998: Dispõe sobre a estrutura organizacional, pedagógica e administrativa da rede pública municipal de educação. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro.html>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ato Institucional Número 5**. Brasília (DF), 1964-1985.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.379 de 15 de dezembro de 1967: Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L5379.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5379.html)>. Acesso em: 22 fev. 2016.

CAROLA, Carlos Renato; LOURENÇO, Leila. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de História**. 1974.

FENDRICH, Lisandro José; PEREIRA, Liandra; REIS, Dálcio Roberto dos. **O Papel do coordenador de curso e a gestão estratégica universitária: um estudo em universidades do norte catarinense**. 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário de Língua Portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Coleção leitura, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Diversidade Cultural e Educação para Todos**. Juiz de Fora: Graal, 2011.

GARRIDO, Elsa. **Espaço de Formação Continuada para o Professor-Coordenador**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HORTA, Patrícia Rossi Torralba. **Identidades em jogo**: o duplo mal-estar das professoras e das coordenadoras pedagógicas do ensino fundamental I na constante construção dos seus papéis. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Educação Para Jovens e Adultos Privados de Liberdade: desafios para a política de reinserção social. Brasília: SEED-MEC, 2007.

LEAL, Telma Ferraz; ALBUQUERQUE, Eliana B. Correia de. **Desafios da educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NASCIMENTO, Sandra Mara do. **Educação de jovens e adultos na visão de Paulo Freire**. Monografia (Pós Graduação em Educação) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira. PARANAVAÍ-PARANÁ 2013. Disponível em: <[http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4489/1/MD\\_EDUMTE\\_2014\\_2\\_116.pdf](http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4489/1/MD_EDUMTE_2014_2_116.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2016.

NISKIER, Arnaldo. **Educação Brasileira**: 500 anos de História. Rio de Janeiro: Funarte, 2001.

OLIVEIRA, Jane Cordeiro de. **Um estudo sobre o coordenador pedagógico**: sua identidade, seu trabalho, sua formação continuada no cotidiano escolar. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ORSOLON, Luzia Angélica Marino. **O coordenador/formador como um dos agentes de transformação da/na escola**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. **Aprendendo a incluir e incluindo para aprender**. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2006.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; LEITE, Lucia Pereira. Construção de um sistema educacional inclusivo: um desafio político-pedagógico. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, p. 511-524, 2007.

SOARES, Leôncio (Org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006a.

\_\_\_\_\_. **Aprendendo com a diferença**: estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006b.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et al. **Planejamento e trabalho coletivo**. Universidade Federal do Paraná, Pró- Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: Ed. da UFPR, 2005. p. 15-22.

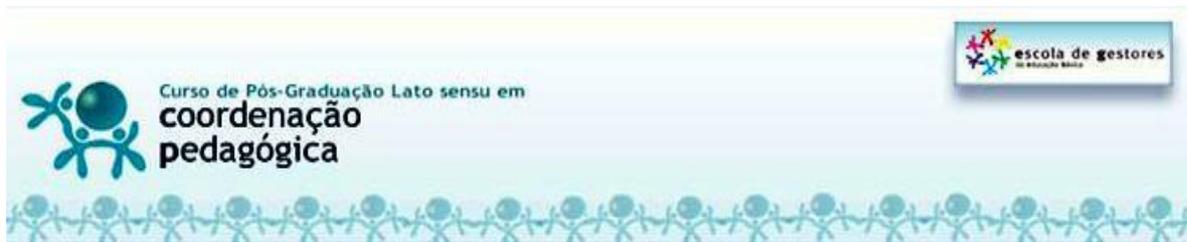
TORRES, S. R. **Reuniões pedagógicas:** espaço de encontro entre coordenadores e professores ou exigência burocrática? In: ALMEIDA, L. R.; PLACCO, V. M. N. S. **O coordenador pedagógico e o espaço da mudança.** São Paulo: Loyola, 2001. p. 45-51.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico no cotidiano da sala de aula.** 12. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2009.

VISCA, J.L. **Clínica psicopedagógica:** a epistemologia convergente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

## APÊNDICE A - ENTREVISTA COM O COORDENADOR PEDAGÓGICO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
 PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPPG  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
 CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LACTO SENSU* EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

### ENTREVISTA COM O COORDENADOR PEDAGÓGICO

1. Segundo Vasconcellos “a Coordenação pedagógica é a articuladora do Projeto Político Pedagógico da instituição no campo pedagógico”, nesse sentido:

a) Qual a importância do papel do Coordenador Pedagógico no PPP neste Centro de Ensino?

---



---



---

b) Como tem sido implementado o PPP na sua escola considerando a Organização do Trabalho pedagógico?

---



---



---

2. Como você, enquanto Coordenador(a) pedagógico(a) tem implementado a formação continuada dos Professores a partir da articulação do Horário de Trabalho Coletivo (HTPC)?

---



---



---

3. Como você considera que a Coordenadora pedagógica orienta, lida com os conflitos de força e poder na mediação das relações interpessoais no âmbito escolar?

---

---

---

4. Considerando a sua atuação como Coordenadora pedagógica da Educação de Jovens e Adultos (modalidade educativa), quais os avanços alcançados no exercício da função?

---

---

---

5. Quais os entraves, desafios que ainda existem para que a sua atuação se torne mais efetiva, eficaz, visando a melhoria da qualidade do processo ensino aprendizagem da EJA?

---

---

---

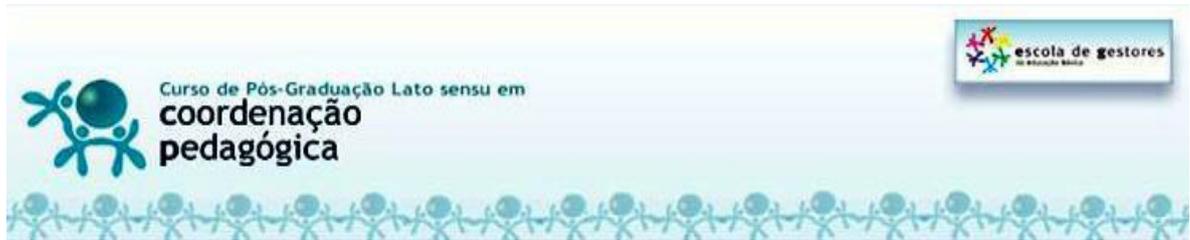
6. Quais foram suas maiores alegrias, realizações na Coordenadoria pedagógica? E seus piores momentos?

---

---

---

## APÊNDICE B - MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO AO COORDENADOR PEDAGÓGICO E AOS PROFESSORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPPG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LACTO SENSU* EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

### MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO AO COORDENADOR PEDAGÓGICO E AOS PROFESSORES

1) Qual a sua formação profissional?

---

---

2) Qual a sua idade?

---

---

3) Há quanto tempo você atua no magistério?

---

---

4) Há quanto tempo você atua na EJA?

---

---

5) O que o motivou a trabalhar na Educação de Jovens e Adultos?

---

---

6) Quais as vantagens e desvantagem de trabalhar com esse público?

---

---

7) Quais as principais dificuldades detectadas com os alunos?

---

---

8) Como você resolve os conflitos inerentes à aprendizagem?

---

---

9) A ausência de tecnologias pode ser superada com outras atividades?

---

---

10) Como são tratados os conteúdos e avaliação?

---

---

11) Como você analisa os resultados obtidos pelos alunos?

---

---

12) Em relação a formação continuada no chão da escola (HTPC), quais os avanços e desafios enfrentados. \_\_\_\_\_

---

---

13) Como você avalia a atuação do coordenador pedagógico da escola?

---

---

## APÊNDICE C - PERFIL DO CE ESTADO DE PERNAMBUCO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPPG  
 CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

### PERFIL DO CE ESTADO DE PERNAMBUCO

<b>Endereço</b>	
<b>Telefone:</b>	
<b>Equipe de Liderança:</b>	

**Visão:** \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**Missão:** \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**Alunos atendidos:** \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

**Pessoal (professores, agentes administrativos, operacionais e vigilantes).**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**Programas trabalhados:**

---

---

---

---

---

---

---

---

**Instalações:**

---

---

---

---

---

---

---

---

**Tecnologia:**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**Requisitos:****Principais requisitos dos alunos e partes interessadas**

<b>Famílias</b>	
<b>Alunos</b>	
<b>Professores</b>	
<b>Descrição</b>	
<b>Secretaria de Educação</b>	

**Parcerias (internas e externas):**

---

---

---

---

---

**Desafios:**

---

---

---

---

---

---

---

**ANEXO A - FACHADA DA ESCOLA**

